



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E  
HUMANIDADES  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MATHEUS DE PAULA CAMPOS

**A MARCHA DO DRAGÃO:  
O MABINOGION E A FORMAÇÃO DE UMA MITOLOGIA GALESA (SÉCULOS  
XIV E XV)**

MONOGRAFIA

GOIÂNIA,  
2020

MATHEUS DE PAULA CAMPOS

**A MARCHA DO DRAGÃO:  
O *MABINOGION* E A FORMAÇÃO DE UMA MITOLOGIA GALESA (SÉCULOS  
XIV E XV)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado à Coordenação de Pesquisa do Curso de Licenciatura em História da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Professor Licenciado em História.

Orientador: Prof. Me. Ivan Vieira Neto.

GOIÂNIA,  
2020

Espaço reservado para inserção da ficha catalográfica.





PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA  
COORDENAÇÃO DE PESQUISA

**Monografia nº 001/2020    Semestre 2020-1**

**Autor: Matheus de Paula Campos**

**Título: A Marcha do Dragão: o *Mabinogion* e a formação de uma mitologia galesa (séculos XIV e XV)**

### **TERMO DE APROVAÇÃO**

O trabalho foi apresentado durante a **XI Semana Científica de História**, realizada entre 01 e 06 de Junho de 2020, conforme as “Normas de Monografia” da Coordenação de Pesquisa em História, instituídas pela Coordenação de História por intermédio do Ato Próprio Normativo nº 001/2017. O candidato foi arguido pelos docentes nomeados abaixo e seu trabalho de conclusão de curso, requisito parcial para a obtenção do título de Professor Licenciado em História, considerado:

**APROVADO com CONCEITO A.**

Goiânia, 02 de Junho de 2020.

Orientador:

Prof. Me. **Ivan Vieira Neto**

Banca Avaliadora:

Profa. Me. **Catarina Stacciarini Seraphin**

Prof. Dr. **Dominique Vieira Coelho dos Santos**

Para Bruno, a quem eu daria o caldeirão.

## **AGRADECIMENTOS**

Meus agradecimentos ao professor Me. Ivan Vieira, muito além de um incrível orientador nesta jornada acadêmica, mas um mentor e apoiador em momentos tão árduos, que me mostrou um oceano no fim do caminho e que sempre posso cultivar um novo coração quando não estiver bem. Meus agradecimentos ao professor Dominique Santos e à professora Catarina Stacciarini que gentilmente aceitaram compor a banca avaliadora deste trabalho e se dispuseram a lê-lo. Agradeço enormemente aos professores do curso de Licenciatura em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, tão competentes, compreensivos e companheiros, sem os quais não poderia me tornar um profissional dedicado. Meus agradecimentos à coordenação do curso que, na atual conjuntura de isolamento social em virtude da covid-19, tanto se desdobrou para garantir que os alunos não tivessem a experiência acadêmica tão comprometida. Agradeço a todos os professores que me formaram até aqui, me mostrando que educação é investimento e prioridade, um ato de libertação. Agradeço à Coordenação de Monitoria da PUC Goiás e do curso de Licenciatura em História, que sempre me apoiaram, me concedendo bolsa de monitoria desde o quarto período, que tanto me ajudou. Agradeço profundamente ao Grupo de Estudos do Mundo Antigo (GEMUNA) da PUC Goiás que me proporcionou momentos incríveis e discussões fantásticas, que tanto me auxiliaram. O GEMUNA, muito mais que um grupo de pesquisas, é um lar, não apenas de pessoas extremamente competentes, mas de indivíduos com alegria e amor, do qual participo e defendo com orgulho. Meus sinceros agradecimentos a meus colegas de curso, veteranos e calouros, que tão alegremente me receberam e me acompanharam nos anos de graduação.

Agradeço à equipe da sede da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em Goiânia, pelos meses de estágio e trabalhos realizados, onde aprendi, não apenas competências técnicas, mas desenvolvi relações pessoais e de amizade. Agradeço à Patrícia Libonati, que tão cuidadosamente me recebeu na Divisão de Arquivo e me ensinou valiosas lições; agradeço à Flávia Paiva, da Divisão Técnica, pelo aprendizado e por ter tão pacientemente me ensinado e auxiliado; agradeço carinhosamente à Denise Abreu, da Biblioteca, meu último posto na Superintendência, que tanto me ensinou e me demonstrou afeição.

Agradeço à minha família: minha mãe, Iracimar Alves, por todo apoio e amor incondicional em todos os momentos, mas especialmente no período da graduação, sem ela ali por mim, jamais alcançaria o que conquistei até agora e cujo amor é a única forma de

amor verdadeiro e puro que já conheci; à minha tia, Márcia Alves, segunda mãe desde antes da minha existência e cujo apoio foi igualmente essencial ao de minha mãe. Meu agradecimento a essas mulheres que me tornaram tão forte e independente, e que me mostraram amor e coragem em momentos muito difíceis. Agradeço aos meus avós, Maria Cândida e Daniel Cavalcanti, pelo amor e apoio incondicional, também fundamental para que pudesse prosseguir. Ainda agradeço à Amora, companheira que tanto me traz alegria e amor.

Meus profundos agradecimentos a Maik Faleiro, que, desde o início da graduação, está ao meu lado, não apenas em quesitos acadêmicos, mas foi um grande amigo, cuja lealdade e companheirismo me foram fundamentais neste caminho de altos e baixos. Agradeço à minha segunda mãe na graduação, Aldenora Cunha, uma pessoa de amor tão profundo e tão alegre e que sempre me inspira a continuar e manter atitudes positivas, uma (futura) professora brilhante. Agradeço carinhosamente meus amigos e amigas Ana Clara Braz, Johnnathan Cunha, Ester Fernandes e Sérgio Barbosa pelo companheirismo, honestidade, amor, entre tantos outros atributos inumeráveis, que foram meus pilares na Universidade, não havendo formas suficientes de agradecer-los. Meu desejo é que pudéssemos estar juntos agora, mas guardo seu amor comigo. Meus agradecimentos carinhosos a Maria Alvina, pela linda amizade e por sempre ser uma companheira incrivelmente sensata e amorosa. Agradeço profundamente meu amigo Marcos Vinicius, agora em Londres, mas por quem minha amizade não conhece fronteiras ou limites. Meus agradecimentos a Vinicius Paiva e Guilherme Ferreira, amigos de longa data, que dividiram momentos preciosos e cujo amor é incalculável. Agradeço ainda a Hugo Mafra e Vinicius Ribeiro, amigos de tão longe, mas que tanto me apoiaram e me ouviram, meu carinho é gigante.

*What are we gonna do?*

*We've opened the door and now it's all  
coming through*

*Tell me you see it too*

*We've opened our eyes and it's changing the  
view*

*How big, how blue, how beautiful*

*So much time on the other side*

*Waiting for you to wake up [...]*

*Maybe I'll see you in another life*

*If this one wasn't enough [...].*

Florence and the Machine.



## RESUMO

Neste trabalho, nos propomos a analisar o *Mabinogion*, onze contos galeses medievais extraídos de dois manuscritos dos séculos XIV e XV (Livro Vermelho de Hergest e Livro Branco de Rhydderch), sem autoria conhecida, inseridos no contexto de intensos contatos culturais de Gales com populações estrangeiras (romanos, anglo-saxônicos, normandos) que estiveram presentes na Grã-Bretanha, especialmente entre os séculos IV e XV, e, em algum momento, subjugaram os habitantes da Ilha da Bretanha. Pretendemos entender o *Mabinogion* como uma mitologia criada e recriada a partir das situações históricas da Grã-Bretanha e de outras produções literárias, capaz de ser entendida por uma audiência galesa letrada que buscava um passado heroico e um futuro glorioso.

**Palavras-chave:** Mitologia; Medievo; País de Gales.

## **ABSTRACT**

On this study, we propose ourselves to analyze the *Mabinogion*, eleven medieval welsh tales extracted from two manuscripts from the 14<sup>th</sup> and 15<sup>th</sup> centuries (Red Book of Hergest and White Book of Rhydderch), with unknown authors, in the context of intense cultural contacts between Wales and foreign populations (Romans, Anglo-Saxons, Normans) present in Britain, especially between the 4<sup>th</sup> and 15<sup>th</sup> centuries, and, some point, subdued the inhabitants of the British Isle. Our intention is to understand the *Mabinogion* as a mythology created and recreated by means of the historical conditionings of Britain and of other literary works, that could be understood by a Welsh literate audience who searched for a heroic past and a glorious future.

**Key-Words:** Mythology; Middle Ages; Wales.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>1. UM CALDEIRÃO DE ABUNDÂNCIAS: ROMANOS, ANGLO-SAXÕES E NORMANDOS NA GRÃ-BRETANHA MEDIEVAL</b>	17
<b>1.1. Os desenvolvimentos históricos na Grã-Bretanha Medieval</b>	20
1.1.1. Os britônicos e os romanos	20
1.1.2. A Grã-Bretanha anglo-saxônica	24
1.1.3. A Conquista Normanda da Grã-Bretanha	27
<b>2. UM PAÍS DE MARAVILHAS: REIS, CAVALEIROS E GUERREIROS NO <i>MABINOGION</i></b>	31
<b>2.1. A jornada de Arthur na literatura galesa medieval</b>	33
2.1.1. <i>Culhwch and Olwen</i> : Arthur, o Chefe dos Príncipes	34
2.1.2. <i>Rhonabwy's Dream</i> : O velho Arthur	36
2.1.3. <i>The Lady of the Well, Peredur e Geraint</i> : A Cavalaria Arthuriana em Gales	38
<b>2.2. Príncipes, reis e imperadores na literatura galesa medieval</b>	42
2.2.1. <i>Os Quatro Ramos do Mabinogi</i> : As histórias celtas galesas	42
2.2.2. <i>The Dream of the Emepror Maxen</i> : O passado romano galês	44
2.2.3. <i>Lludd and Llefelys</i> : Três opressões, três livramentos	45
<b>3. <i>MAB DAROGAN</i>: O <i>MABINOGION</i> ENTRE GALES E INGLATERRA</b>	48
<b>3.1. As Marcas e o florescimento da literatura anglo-galesa</b>	49
3.1.1. As Matérias de Bretanha e o passado pseudo-histórico da Grã-Bretanha	51
<b>3.2. A profecia da soberania galesa sob a Grã-Bretanha</b>	52
3.2.1. O voo do dragão: As profecias de Merlin	54
3.2.1.1. As opressões em <i>Lludd and Llefelys</i>	56
<b>3.3. <i>Mab Darogan</i> e <i>Mabinogion</i>: Uma mitologia heroica para Gales</b>	57
3.3.1. Uma Idade Dourada galesa no <i>Mabinogion</i>	59
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: <i>THOUGH YOU MAY GET THAT, THERE IS SOMETHING YOU WILL NOT GET</i></b>	64
<b>REFERÊNCIAS</b>	68

## INTRODUÇÃO

Dragões coloridos, brumas misteriosas, duelos de cavaleiros, mulheres feitas de flor, salmões que carregam homens nas costas. Estas são algumas das imagens presentes nas narrativas que formam o *Mabinogion*. O que tais elementos apresentam em comum é o fato de causarem estranhamento ao leitor, mas não serem espantosos para o/a personagem que vive a situação. Isso é o que Jacques Le Goff definiu como o maravilhoso quotidiano medieval: não um exercício literário, mas uma coleção de objetos e situações que fogem às regras da realidade, mas não causam espanto em quem os presencia; são acontecimentos inseridos no quotidiano (LE GOFF, 2010, p. 22). Essas ocorrências não são apenas o que aparentam, mas são símbolos: imagens ou palavras da vida cotidiana que implicam muito além do reconhecimento imediato, pressupõem uma dimensão maior, às vezes inexplicada, mas expressam certas verdades, podendo ser transformadas e dando suporte ao grupo social (JUNG, 2008, p. 117). Assim, tais imagens representam o real, não como uma cópia do que ele é, mas como as pessoas pensam que são ou gostariam que ele fosse (CHARTIER, 2002, p. 23). Todo este conjunto de imagens que surgem a partir do mundo interior não são estáticas, mas dinâmicas, suscetíveis às transformações históricas e legadas para as gerações seguintes (LE GOFF, 1994, p. 11).

O que apresentamos aqui são alguns dos conceitos essenciais para nosso trabalho: maravilhoso quotidiano, simbólico, representações e imaginário, respectivamente. A partir destas chaves de interpretação, nos propomos a investigar o *Mabinogion*. Esta fonte consiste em onze textos medievais galeses, encontrados em dois manuscritos dos séculos XIV e XV: o *Llyfr Coch Hergest* e o *Llyfr Gwyn Rhydderch*<sup>1</sup>. Os contos foram traduzidos para o inglês no século XIX, por Lady Charlotte Guest. Uma inglesa vivendo em Gales, interessada pela literatura local e inserindo-se no contexto do revivalismo romântico, ela foi a primeira a verter o texto para a língua inglesa.

Não há tantos trabalhos em língua portuguesa sobre o *Mabinogion*, sendo uma fonte pouco conhecida nos meios acadêmicos brasileiros. Deparamo-nos com a obra durante a realização de pesquisa no âmbito da Iniciação Científica do curso de Licenciatura em História da PUC Goiás, em 2018, sob orientação do professor Me. Ivan Vieira. À época investigávamos o conjunto de fontes medievais dedicadas às representações do Rei Arthur, quando nos deparamos com o *Mabinogion*. Analisando os seus conteúdos, notamos que nem

---

<sup>1</sup> Livro Vermelho de Hergest e Livro Branco de Rhydderch, respectivamente. Os livros recebem esse nome devido à coloração de suas capas.

todos os contos traziam Arthur como personagem; contudo, notamos que a obra continha ricas passagens que demonstravam o processo de transformações culturais ocorridas na Grã-Bretanha medieval, mais especificamente no País de Gales.

A Ilha da Grã-Bretanha foi palco de uma série de transformações sociais e culturais desde a Antiguidade. Foi dominada pelo Império Romano de 43 EC até o século V, então passando por processos de conquistas e assimilação com outros grupos que chegaram à Ilha. Tais grupos provinham em sua maioria do norte da Europa, conhecidos como anglos, saxões, escotos etc. A entrada dessas populações alterou significativamente as estruturas sociais deixadas pelos romanos e britônicos<sup>2</sup>. Ainda, no século XI, a Conquista de William, duque da Normandia, e sua dominação sob a Grã-Bretanha transformou profundamente as relações entre os habitantes da Ilha, resultando, sobretudo, em uma gradual assimilação de Gales à política e cultura inglesas.

Nossa abordagem, como apontamos, partirá dos conceitos propostos no início de nossa exposição, dentro da perspectiva da História Cultural, que, nas palavras de Roger Chartier, tem por objetivo identificar como a realidade social é formulada, pensada, lida, ou seja, representada em diferentes contextos (CHARTIER, 2002, p. 16). As representações provenientes das experiências humanas com possíveis interpretações e explicações pertencem ao campo do imaginário, sendo este também um objeto da História (PATLAGEAN, 1990, p. 291). Neste sentido, José d'Assunção Barros afirma:

O historiador do imaginário começa a fazer uma história problematizada quando relaciona as imagens, os símbolos, os mitos, as visões de mundo a questões sociais e políticas de maior interesse – quando trabalha os elementos do imaginário não como um fim em si mesmos, mas como elementos para a compreensão da vida social, econômica, política, cultural e religiosa. O imaginário deve fornecer materiais para o estabelecimento de inter-conexões diversas (BARROS, 2007, p. 31).

Assim, Jean Jacques Wunenburger afirma que o entendimento do imaginário materializado (em formas verbais ou visuais) permite entender as dinâmicas internas do sujeito imaginante (WUNENBURGER, 2007, p. 12). Uma das formas materializadas do imaginário, portanto, é a literatura, o texto que é uma totalidade limitada com elementos que podem se relacionar com outras obras, mas com aspectos internos, que lhe garantem

---

<sup>2</sup> Como Thomas Charles-Edwards aponta, em *Wales and Britons, 350-1064*, a Ilha da Grã-Bretanha e seus habitantes poderiam ser referenciados por diferentes nomenclaturas, constantes em diversas fontes do período. Para nosso trabalho, adotaremos *Grã-Bretanha*, *Ilha da Bretanha* ou *Ilha Britânica* para a Ilha em si da Grã-Bretanha, que inclui, atualmente: País de Gales, Escócia e Inglaterra. Para os habitantes e elementos originários ou ancestrais da Ilha, adotaremos *britões* (*britons* em inglês, também posteriormente identificados como os galeses), diferenciando-os de *britânicos* (*british* em inglês), correspondendo à unidade dos povos da Grã-Bretanha, incluindo os futuros anglo-saxônicos, nórdicos e normandos que ocupariam a Ilha.

autoridade sobre seu conteúdo (STAROBINSKI, 1976, p. 139). Dessa forma, uma obra literária não é em si única, mas contrasta e se aproxima de outros textos, os assimilando e transformando; assim, contra a originalidade do texto, aparecem outros documentos discerníveis, versões anteriores, esboços que testemunham as aproximações e afastamentos da obra com outras produções literárias (STASOBINSKI, 1976, p. 134).

Assim, pretendemos verificar como as narrativas do *Mabinogion* representam o contexto de séculos de avanços romanos, anglo-saxônicos, normandos e ingleses, e como reutilizam outras obras literárias britânicas, servindo como um texto mitológico para Gales. Acreditamos que o *Mabinogion* é uma mitologia galesa medieval, posto que comunica uma mensagem que é entendida pela audiência inserida no contexto político, social e cultural das incursões estrangeiras sobre Gales, levando a uma subjugação entre os séculos IV e XV. O *Mabinogion* funciona como uma narrativa que visa recolocar Gales num patamar de reconhecimento identitário, sobretudo ante a Inglaterra, recebendo outras obras literárias (*i.e.*, a(s) Matéria(s) de Bretanha) e adaptando seu enredo segundo o desejo por um passado heroico e glorioso e um futuro de libertação e soberania.

Posto que a autoria dos contos é desconhecida, acreditamos que o contexto de produção do *Mabinogion* foi fundamental neste processo, possibilitando a escritura das narrativas. Assim, notamos que a(s) Matéria(s) de Bretanha foram influentes também na fabricação das histórias, além de demonstrarem a busca dos galeses por uma narrativa virtuosa. Utilizamos *Matérias de Bretanha*, oposto ao singular *Matéria de Bretanha*, já que, segundo Michael Faletra, esta remeteria mais especificamente aos textos sobre o Rei Arthur e não incluiria outras produções em diferentes estilos, assuntos e idiomas, sendo que as Matérias de Bretanha têm como foco comum o passado da Ilha Britânica, nunca de forma politicamente inocente (FALETRA, 2014, p. 10). Além disso, objetivamos analisar como o *Mabinogion* recria tais literaturas, verificando a possibilidade para uma narrativa de ancestralidade virtuosa, subjugação e por fim, estabelecendo a expectativa do retorno de um tempo triunfante.

Assim, estruturamos nosso trabalho em três partes. No primeiro capítulo, analisaremos a constituição do *Mabinogion*, apontando o seu aparecimento sob tal título, no século XIX; discutindo sua terminologia e o balizamento temporal das narrativas na Idade Média. Em seguida, apresentaremos os desenvolvimentos históricos na Grã-Bretanha, desde antes do século V até o século XV, posto que as onze narrativas do *Mabinogion* referenciam eventos desde o momento da presença romana na Ilha Britânica. Passaremos pela chegada dos anglo-saxônicos, vista como uma era caótica e violenta pelos historiadores medievais,

chegando às incursões nórdicas, ou *vikings*, culminando na Conquista Normanda de 1066; na unificação inglesa e na subjugação de Gales ao poderio anglo-normando.

No segundo capítulo, analisaremos os contos do *Mabinogion*, tendo em vista as categorias de representação, imaginário e maravilhoso, necessárias à análise da fonte. Segmentamos o capítulo em dois momentos: inicialmente, discutimos as histórias relacionadas ao Rei Arthur. Das onze narrativas, cinco são arthurianas: *How Culhwch won Olwen*, em que o jovem príncipe Culhwch recorre a seu primo, Arthur, para conquistar sua pretendente, Olwen; *Rhonabwy's Dream*, em que Rhonabwy encontra o Imperador Arthur prestes a entrar em batalha; *The Lady of the Well*, em que Owain vai a um poço mágico que lhe garante inúmeras aventuras, incluindo a luta contra o Cavaleiro Negro e o casamento com a Dama do Poço; *Geraint*, em que Geraint, mortalmente ferido, reergue-se inúmeras vezes para defender sua amada; e *Peredur*, em que o jovem Peredur decide se tornar um cavaleiro de Arthur, para isso encontrando inúmeros inimigos e amadurecendo no caminho. Nestas histórias, percebemos transformações da narrativa arthuriana. Embora inicialmente Arthur fosse representado como um valente guerreiro, posteriormente se converteu num rei sem coragem e sem glórias pessoais, deixando as aventuras e os combates para seus cavaleiros.

Em seguida, analisaremos os contos nativos que não compõem os textos arthurianos: *Os Quatro Ramos do Mabinogi*, com o *Primeiro* sobre como o rei Pwyll e a rainha Rhiannon geraram Pryderi, mas Rhiannon foi punida após ter sido falsamente acusada de devorar o próprio filho; o *Segundo* sobre como Bendigeidfran, rei da Ilha da Bretanha, salvou sua irmã Branwen das crueldades do marido, rei da Irlanda, e ao fim, Grã-Bretanha e Irlanda foram dizimadas pela guerra; o *Terceiro* sobre como uma misteriosa bruma desaparece com os habitantes de Gales, restando apenas alguns sobreviventes da guerra travada no *Segundo Ramo*; e o *Quarto* sobre como Lleu Llaw Gyffes recebe um nome, armas e uma esposa após sua mãe lhe lançar uma maldição. Os outros textos nativos são: *The Dream of the Emperor Maxen*, que narra como o imperador romano Maxen sonhou com uma bela donzela, indo à Ilha Britânica para encontrá-la, conquistando a Ilha, depois voltando ao Império para recuperá-lo; e *Lludd and Llefelys*, que conta como o rei da Grã-Bretanha, Lludd, sofreu com três opressões misteriosas que acometeram seu reino e como teve de recorrer a seu irmão, Llefelys, para se livrar delas.

Finalmente, no terceiro capítulo, retomaremos nossa discussão sobre as relações entre os galeses e anglo-normandos, discutindo a formação do Principado de Gales, no século XIII, com sua posterior anexação à Coroa inglesa, resultado de uma guerra contra Gales. Além disso, ressaltamos a importância da região das Marcas Galeses, formados desde o

século XI, responsáveis não apenas por estabelecer uma fronteira entre Gales e Inglaterra, mas por amalgamar os elementos culturais das diversas sociedades presentes na Grã-Bretanha e que acabariam fazendo parte da herança cultural galesa. A cultura literária galesa floresceu sobretudo nesta região, representada principalmente pelos monastérios beneditinos que garantiram a sobrevivência de exemplares da literatura anglo-galesa com foco nos textos proféticos. Assim, também discorreremos sobre a importância da profecia acerca do *Mab Darogan*, ou Filho da Profecia, herói que libertaria os galeses de constantes opressões e que, mais uma vez, colocaria Gales como soberana da Grã-Bretanha. Sabendo que estes elementos comunicam uma mensagem aos leitores que a entendem, os contos compoem uma mitologia que, em primeiro lugar, falavam à audiência sobre uma era dourada perdida e os heróis que poderiam reestabelecê-la.

Portanto, seguindo a estrutura proposta, ao final, veremos como a conjuntura do desenvolvimento literário anglo-galês e o desenrolar da história britânica influíram na composição do *Mabinogion*, uma narrativa com sentido para o público que o recebia frente a diversas situações constantes, desde a Antiguidade: de perda de autonomia, subjugação e apagamento de identidade.



## CAPÍTULO 1. UM CALDEIRÃO DE ABUNDÂNCIAS: ROMANOS, ANGLO-SAXÕES E NORMANDOS NA GRÃ-BRETANHA MEDIEVAL

O *Mabinogion* é o conjunto de onze narrativas encontradas em dois manuscritos galeses medievais, junto de outros textos: o Livro Branco de Rhydderch<sup>3</sup>, datado de 1350, e o Livro Vermelho de Hergest<sup>4</sup>, datado de um momento entre 1382 e 1410, conforme a tradutora Sioned Davies em sua edição do *Mabinogion* de 2007. Segundo Brunno Araújo, o Livro Branco de Rhydderch seria o primeiro esforço de reunir em apenas um manuscrito as prosas religiosas e seculares medievais do País de Gales. O Livro Vermelho de Hergest reúne a maioria dos textos anteriores ao século XV e teria sido encomendado por Hopcyn ap Tomas, “um próspero patrono das letras da região de Swansea<sup>5</sup>” (ARAÚJO, 2015, p. 20). Mônica Amim aponta que há manuscritos galeses mais antigos, sendo o *Llyfr Du Caerfyrddin*<sup>6</sup>, do século XII, e o *Llyfr Taliesin*<sup>7</sup>, do terceiro quarto do século XIII. Entretanto, esses escritos se apresentam como poesia, enquanto os Livros Branco e Vermelho trazem os textos em prosa (AMIM, 2006, s.p.). Em sua edição do *Mabinogion* de 1977, o linguista Patrick Ford demonstra que fragmentos dos textos ocorrem em manuscritos mais antigos, além disso, os contos são mais antigos que os próprios manuscritos, mas não há clareza quanto a antiguidade do material (FORD, 1977, p. 20).

O termo *Mabinogion*, para se referir aos onze contos, foi adotado quando da primeira tradução das narrativas para a língua inglesa, em meados do século XIX, por Charlotte Guest<sup>8</sup>. Entretanto, Davies e Ford apontam que o termo seria um “erro do escriba” para

---

<sup>3</sup> Manuscrito MS Peniarth 4-5, atualmente na Biblioteca Nacional do País de Gales.

<sup>4</sup> Manuscrito MS Jesus College 111, atualmente na Biblioteca Bodleian, Oxford.

<sup>5</sup> Sul do País de Gales.

<sup>6</sup> *Llyfr Du Caerfyrddin*, ou Livro Negro de Carmarthen (Manuscrito MS Peniarth 1, na Biblioteca Nacional do País de Gales), é um dos mais antigos manuscritos inteiramente em galês, de meados do século XIII, provavelmente obra de um único escritor. Os conteúdos do manuscrito incluem poesia, textos religiosos, odes, poemas relacionados a heróis e guerreiros, bem como textos relacionados a Arthur (THOMAS, 2012, p. 544). O livro leva esse nome devido a coloração de sua capa.

<sup>7</sup> *Llyfr Taliesin*, ou Livro de Taliesin (Manuscrito MS Peniarth 2, na Biblioteca Nacional do País de Gales), é um manuscrito do século XIV, contendo poemas, provavelmente compostos no século XII, sendo o trabalho de um único autor. Muitos dos textos tratam de episódios da vida de Taliesin, um dos antigos poetas de corte, por volta do século VI (KOCH, 2012, p. 545, 735). Taliesin foi um personagem que atraiu diversos aspectos mitológicos e sobrenaturais, como profecias, reencarnação e mudança de forma. Em Gales, as referências a um sábio e vidente, Taliesin, ocorrem primeiramente na *Vita Merlini*, ou Vida de Merlin, de Geoffrey de Monmouth, autor da *História Regum Britanniae* (HAYCOCK, 2012, p. 736). Discorreremos mais detalhadamente sobre tais assuntos ao longo do trabalho.

<sup>8</sup> Charlotte Guest, ou Lady Charlotte Guest (1812 – 1895), foi uma inglesa, filha do Conde Albemarle, responsável pela primeira tradução dos contos dos Livros Branco e Vermelho para a língua inglesa. Em 1833, casou-se com o galês John Guest, futuramente um baronete, e, juntos, mudaram-se para o País de Gales, sede da siderúrgica do marido (AMIM, 2006, s.p.). Desde cedo, Charlotte Guest estudou arábico, hebraico e persa e interessou-se por literatura, especialmente medieval e, após a mudança para Gales, iniciou estudos em galês medieval, trabalhando com dois clérigos (Thomas Price e John Jones), na tradução dos onze contos, publicados sob o título de *Mabinogion* em 1838, contexto do revivalismo romântico, em que a nacionalidade, a história e

*mabynnogyon* e que não se aplica a todos os contos (DAVIES, 2007, ix; FORD, 1977, p. 1, nota 1). A forma *Mabinogion* ocorre apenas no final d’*O Primeiro Ramo*, enquanto variações do termo aparecem ao final das três narrativas posteriores. Assim, estes quatro contos finalizam e se intitulam seguindo mais ou menos a mesma fórmula: “*E assim se encerra este ramo do Mabinogion/Mabinogi*”<sup>9</sup> (FORD, 1977, p. 1, nota 1). Estas são as únicas narrativas que se referenciam de tal forma, divididas em “ramos”, um termo utilizado em narrativas em francês medieval, apontando para uma segmentação do texto, “sugerindo a imagem de uma árvore, com episódios emergindo de uma narrativa principal ou ‘tronco’”<sup>10</sup> (DAVIES, 2007, x). Apesar disso, o elo entre as narrativas é tênue, já que a ligação se daria pelo fato do personagem Pryderi ser o único a aparecer n’*Os Quatro Ramos* (DAVIES, 2007, x). Ford também pontua que o sufixo *-(i)on* é uma forma comum do plural em galês e Charlotte Guest teria assumido que *Mabinogion* era a forma correta de nomear todos os contos dos Livros Branco e Vermelho (FORD, 1977, p. 1, nota 1). Apesar de *Mabinogion* ter sido erroneamente empregado por Charlotte Guest, os contos adquiriram popularidade sob o título adotado por ela e os acadêmicos preferiram não corrigi-lo, sendo este um rótulo moderno, visto que as histórias variam quanto à data, autoria, fontes, conteúdo, estrutura e estilos (DAVIES, 2007, ix). Davies ainda propõe que um provável sentido de *mabinogi* seria de *contos para meninos* ou provavelmente uma história contada para jovens ou aprendizes de contadores de história, mas a acepção comum é de que significaria *jovem* ou *histórias para a juventude*, o que seria confirmado pelo aparecimento do termo como tradução da palavra latina *infantia*; posteriormente, *mabinogi* passou a designar *conto* ou *história* (DAVIES, 2007, ix).

A tradutora do *Mabinogion* para o espanhol, María Victoria Cirlot, demonstra que há algumas linhas interpretativas para a palavra, sendo que uma delas estabelece que o termo proviria de *maponakiji*, resultando em *mabeinogi*, a forma registrada e que não se relacionaria com *jovens* ou *juventude*, mas com *Maponos*, possível divindade celta, sendo que *mabinogi*, portanto, poderia significar as histórias relacionadas a *Maponos*, identificado com Pryderi, que, como mencionamos anteriormente, é o único personagem que está presente n’*Os Quatro Ramos do Mabinogi* (CIRLOT, 1988, s.p.).

---

as narrativas pretéritas passaram a ter grande atenção (AMIM, 2006, s.p.; JOHN; PARRY WILLIAMS, 1959, s.p.). Após a morte de seu primeiro marido, Charlotte Guest casou-se com Chales Schreiber, um acadêmico de Cambridge e membro do parlamento britânico e, juntos, iniciaram uma rica coleção de cerâmicas e porcelanas, posteriormente doadas a museus na Inglaterra e Gales. Além disso, Charlotte Guest auxiliou em um progressivo esquema educacional para os trabalhadores de Dowlais, sede galesa da siderúrgica de seu primeiro esposo, programa que abrangia desde crianças até adultos, além de auxiliar em políticas de bem-estar social (JOHN; PARRY WILLIAMS, 1959, s.p.).

<sup>9</sup> No original: “And so it ends this branch of the *Mabinogion/Mabinogi*”.

<sup>10</sup> No original: “[...] suggesting the image of a tree with episodes leading off from the main narrative or ‘trunk’”.

*Os Quatro Ramos* (*Y gainc gyntaf, Yr ail gainc, Y drydedd gainc e Y bedwaredd gainc*)<sup>11</sup>, portanto, formam um grupo de textos dentro do *Mabinogion*. Os outros são divididos em dois grupos<sup>12</sup>, embora não haja uma unidade entre eles: *Os Quatro Contos Nativos Independentes*, sendo: *Breuddwyd Macsen, Cyfranc Lludd a Llefelys, Culhwch ac Olwen e Breuddwyd Rhonabwy*; e *Os Três Romances: Owain, Peredur e Geraint*<sup>13</sup>.

Em relação a datação dos contos, não há consenso entre os pesquisadores. Andrew Breeze, no artigo *The dates of The Four Branches of the Mabinogi* (2018), apresenta um estado da arte acerca das principais discussões sobre a periodização dos contos, reafirmando o dissenso entre os estudiosos, mas apontando elementos que permitem balizar a temporalidade das narrativas em alguma medida: *Os Quatro Ramos* apresentam uma linguagem posterior a *Culhwch and Olwen*, este situado por volta de 1090 a 1100, sendo o conto mais antigo entre os onze; o *Terceiro Ramo* do *Mabinogi* aponta Oxford como centro de poder e coloca *Os Quatro Ramos* após 1120, já que a partir desse período o rei Henry I da Inglaterra passou a utilizar a cidade como um centro administrativo (BREEZE, 2018, p. 59); a ausência de referências a Arthur indica que *Os Quatro Ramos* não podem ser posteriores à *Historia Regum Britanniae* de Geoffrey de Monmouth<sup>14</sup>, por volta de 1130; por fim, *Os Quatro Ramos* (assim como *Culhwch and Olwen*) não apresentam tantas palavras emprestadas do francês, o que os coloca antes dos outros *Contos Nativos Independentes* e antes dos *Três Romances* (BREEZE, 2018, p. 59). Dessa forma, para Breeze, *Os Quatro*

---

<sup>11</sup> Respectivamente os *Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Ramos*.

<sup>12</sup> Conforme as proposições da edição do *Mabinogion* (1948) de Gwyn e Thomas Jones, citados por Davies e Amim.

<sup>13</sup> *The Dream of the Emperor Maxen, Lludd and Llefelys, Culhwch and Olwen e Rhonabwy's Dream* (em português: *O Sonho do Imperador Maxen, Lludd e Llefelys, Culhwch e Olwen, O Sonho de Rhonabwy*); *The Lady of the Well, Peredur Son of Efrog e Geraint Son of Erbin* (em português: *A Dama do Poço, Peredur Filho de Efrog e Geraint Filho de Erbin*). Davies optou por intitular o conto de *How Culhwch Won Olwen (Como Culhwch Conquistou Olwen)*, embora os tradutores geralmente optem pela primeira opção, incluindo Charlotte Guest. Já para *The Lady of the Well*, a tradutora preferiu utilizar *poço* (*well* em inglês) e não *fonte* (*fountain* em inglês), pois, segundo a autora, *ffynnon* é a palavra galesa comum para *poço*, enquanto *fonte* carregaria uma conotação vitoriana de uma construção artificial em espaços públicos, o que provavelmente não seria o caso, uma vez que poços seriam associados com rituais célticos religiosos. Charlotte Guest optou por *A Dama da Fonte (Lady of The Fountain)*.

<sup>14</sup> A *Historia Regum Britanniae*, ou História dos Reis da Grã-Bretanha, foi escrita por Geoffrey de Monmouth, por volta de 1130 e traz uma compilação de todos os reis da Grã-Bretanha, do primeiro e fundador, Brutus, neto de Eneias, ao último antes da dominação saxônica. Geoffrey, no prólogo de sua obra, alega ter recebido o manuscrito, em língua britônica antiga, de um clérigo de Oxford que o incumbiu de traduzi-lo para o latim (GEOFFREY OF MONMOUTH, *The History of The Kings of Britain*, Prologue). Juliana Silva aponta que a *Historia Regum Britanniae* foi uma das obras fundantes para o conjunto de narrativas sobre o Rei Arthur, já que nela temos alguns dos principais elementos que serão readaptados nos textos arthurianos posteriores (SILVA, 2004, p. 58). Davies e Amim apontam para recorrências de motivos entre o *Mabinogion* e a *Historia Regum Britanniae*.

*Ramos* são do século XI, enquanto *Os Três Romances* são do século XIII (BREEZE, 2018, p. 52).

### 1.1. Os desenvolvimentos históricos na Grã-Bretanha Medieval

A partir desta exposição sobre a constituição do *Mabinogion*, é necessária a discussão acerca das situações, os contextos, temporal e espacial, em que as narrativas foram redigidas e que culminaram para que existissem, haja visto que os contos não apresentam uma única autoria, e seus temas, motivos<sup>15</sup>, estruturas e estilos são diversos (DAVIES, 2007, ix), além de serem perceptíveis as influências de outras culturas no processo de constituição das narrativas, com destaque para os anglo-normandos (AMIM, 2006, s.p.). Neste sentido, Jean Starobinski afirma que a pesquisa histórica em um texto amplia as informações sobre o mundo exterior que se impõe à obra, uma vez que ilumina a riqueza de dependências que o texto possui, revela as conexões; a investigação faz transparecer um passado compreensível, as versões anteriores que alimenta e sustenta o texto. Além disso, a pesquisa que restitui não encontra a origem única da obra, mas evidencia como ela se contrasta e se recombina com textos anteriores, como ela se destaca contra um cenário de recursos de linguagem, formas literárias, crenças e acontecimentos variados e recebidos na obra (STAROBINSKI, 1976, p. 134).

#### 1.1.1. Os britônicos e os romanos

A região de Gales situa-se na Ilha da Grã-Bretanha, em sua parte sudoeste, acima da região conhecida como Cornualha (sul da Inglaterra), com seu litoral voltado para a Ilha da Irlanda, a oeste. Gales, portanto, esteve sempre dentro da conjuntura maior da Grã-Bretanha, não estando isolada das dinâmicas sociopolíticas e culturais desta, o que é verificável, no *Mabinogion*, a partir dos ecos das diversas culturas que, desde a Antiguidade, entraram em contato com os britônicos (AMIM, 2006, s.p.)<sup>16</sup>. Alguns pesquisadores do *Mabinogion*, como Amim e a própria tradutora Davies, enxergam este corpus de textos, especialmente *Os Quatro*

---

<sup>15</sup> O motivo literário (ou *literary motif*) diz respeito a famílias ou grupos de palavras ou frases usadas com frequência que concentram e combinam elementos literais e figurativos, que poderiam até revelar as intenções do autor, conscientes ou inconscientes. O motivo literário também tem uma função simbólica, de forma que, para ser designado como tal, deve se espalhar pela obra de forma a ser subliminarmente sentido, além do que, deve ser apropriado para o contexto em que é utilizado, sendo desnecessárias referências explicativas (FREEDMAN, 1971, p. 126). Davies aponta para vários motivos presentes no *Mabinogion*, como o da Esposa Caluniada, acusada de dar à luz a um monstro ou comer o próprio filho, caso que acontece à personagem Rhiannon n' *O Primeiro Ramo* (DAVIES, 2007, p. 230).

<sup>16</sup> Amim afirma que, historicamente, Gales esteve em um longo isolamento político e geográfico, apesar de notar os elementos comuns do imaginário medieval continental sobre as narrativas galesas (AMIM, 2006, s.p.).

*Ramos do Mabinogi*, como a grande narrativa céltica galesa, através da qual é possível distinguir um pano de fundo céltico para as narrativas. Algumas linhas interpretativas buscam atrelar o passado céltico às produções textuais medievais, entretanto a idiossincrasia do cristianismo galês e irlandês voltada ao monasticismo, ascetismo<sup>17</sup> e religiosidade pré-cristã foram essenciais para a preservação das literaturas medievais galesa e irlandesa, anteriormente transmitidas unicamente pela cultura oral (MCCONE, 1990, p. 6 *apud* ARAÚJO, 2015, 26).

John Haywood discute que o termo *celtas* não foi historicamente utilizado por esses grupos para se autoidentificar<sup>18</sup> e “historiadores e arqueólogos impuseram uma unidade artificial no que era, de fato, um grupo diverso de povos sem o conceito de uma identidade comum”<sup>19</sup> (HAYWOOD, 2004, p. 6). Na Europa da Idade do Ferro, havia múltiplos povos que falavam línguas próximas e compartilhavam certas crenças, estilos de vestimenta, armas e arte, além de certas estruturas e valores, e o termo é útil para descrever esses povos com algumas características comuns, embora *celta* seja uma definição oferecida por escritores gregos e romanos. O autor ainda aponta que *Κελτοί/Keltoi* (grego para *celta*) foi utilizado por escritores gregos para descrever algumas tribos “bárbaras”<sup>20</sup> para além do mundo grego e que, posteriormente, acabou servindo para descrever os falantes de línguas celtas da Europa central; *galli* (latim para Gália) era utilizado pelos romanos para os celtas continentais (HAYWOOD, 2004, p. 6). Assim, embora o termo *celtas* homogeneíze a diversidade de algumas culturas, o adotaremos pelo fato de ser útil em designar essas populações que, em alguns níveis, compartilham certas características. Neste sentido, Barry Cunliffe demonstra

---

<sup>17</sup> O monasticismo surgiu no século IV, no Egito, com duas formas: eremítico solitário e o cenobita comunitário, formas mais tarde presentes na Irlanda. Estes ideais foram adaptados para a Europa no século V, especificamente para a Gália, sendo o “período desértico” o ideal da vida monástica, aparecendo, também no século V nas *Confissões* de São Patrício (O’LOUGHLIN, 2012, p. 591). Henri Marrou aponta para o caráter de alfabetização que os mosteiros possuíam no Oriente, agregando todos aqueles que lhes procurassem, entretanto, a partir de meados do século V, deixaram de atender ao público, ensimesmando, passando ao caráter ascético (MARROU, 1973, p. 502). Para o Ocidente, o autor aponta que os mosteiros adquiriram o caráter de foco de cultura, com os religiosos letrados, de profundo conhecimento, além da prática da cópia de manuscritos. Marrou ressalta para o aspecto diferente do monasticismo irlandês, fora do círculo da cultura greco-romana, formativa de monges pregadores e que, posteriormente, veio influenciar partes da Grã-Bretanha (MARROU, 1973, p. 522).

<sup>18</sup> Barry Cunliffe, na contramão, aponta que tais povos se reconheciam como *celtas* (CUNLIFFE, 1999, p. 2).

<sup>19</sup> No original: “Historians and archaeologists have imposed an artificial unity on what was really a diverse group of peoples with no sense of common identity”.

<sup>20</sup> O *Dicionário de Conceitos Históricos* define o bárbaro a partir da dualidade civilização-barbárie, ou seja, o bárbaro é uma imagem construída em oposição àqueles grupos que se consideram civilizados. Os bárbaros podem ser caracterizados como não humanos ou selvagens, sendo que, para os Antigos, todos os demais povos de origem não greco-romana, eram bárbaros (SILVA; SILVA, 2009, p. 128). Le Goff aponta que os “bárbaros” que se instalaram nos territórios romanos no século V, já estavam, em grande medida, integrados aos aspectos da cultura ocidental (LE GOFF, 2005, p. 25).

que a partir do século I EC, sobretudo com a descrição da conquista da Gália<sup>21</sup> por Júlio César em seus *Comentários sobre a Guerra da Gália (De Bello Gallico)*, as imagens sobre os celtas passaram a ser construídas, especialmente por meio de visões estereotipadas dos autores romanos (CUNLIFFE, 1999, p. 9).

A situação das comunidades da Grã-Bretanha e Irlanda apresenta problemas diferentes. Nenhum autor chegou a descrever os habitantes das Ilhas como celtas, apesar de César apontar os ocupantes de Kent, leste da Grã-Bretanha, com um estilo de vida similar ao dos gauleses (CUNLIFFE, 1999, p. 146). Graham Webster explicita a dificuldade em se explicar o processo de “celtização” da Grã-Bretanha, demonstrando que algumas linhas interpretativas propõem que levadas sucessivas de colonos chegaram à Ilha; outras, enxergam a celtização como um “processo gradual”, com influências continentais e adoção de técnicas e costumes célticos, no lugar de invasões (WEBSTER, 1995, p. 623). As investigações sobre as comunidades célticas, sobretudo da Grã-Bretanha, têm por base vestígios arqueológicos, uma vez que tais grupos não nos legaram fontes escritas. Dessa forma, a análise sobre as comunidades britônicas pré-colonização romana partem da cultura material e demonstram uma comunidade especializada na forja de armamentos, especialmente espadas de ferro temperado, indústria que, por volta do século IV AEC, já estava estabelecida no sudeste da Ilha. Mudanças podem ser notadas a partir do aparecimento de fortes para defesa, sugerindo a instabilidade nas relações com outras comunidades (WEBSTER, 1995, p. 624).

A partir de meados do século I AEC, essa conjuntura foi rapidamente modificada devido ao contato direto da região com os romanos, por meio das expedições de César (55 e 54 AEC). Assim, o interesse romano na Grã-Bretanha foi inspirado por saques, mas mais provavelmente para fazer frente com grupos rivais, como os vênedos<sup>22</sup>, que estabeleceram uma longa relação comercial com a Grã-Bretanha. Dessa forma, os vênedos foram violentamente tratados por César, escravizados, e suas rotas comerciais com a Grã-Bretanha austral destruídas (WEBSTER, 1995, p. 626). A conquista romana da Ilha Britânica ocorreu, de fato, em 43 EC, quando Vespasiano, cônsul romano, cercou e derrotou os britões, o que levaria ao colapso dos elementos tribais, tais como o sentimento de pertencimento ao local e

---

<sup>21</sup> Gália, geralmente, refere-se ao moderno Gália Transalpina, “além dos Alpes”, segundo os romanos. Localiza-se entre o Rio Reno, ao leste, os Alpes, ao sudeste, o Mar Mediterrâneo, ao sul e os Pirineus, ao sudoeste. A noção de Gália vem, basicamente, das descrições dos gregos e romanos, sendo uma província romana até o final do século V (KOCH; FREEMAN, 2012, p. 373).

<sup>22</sup> Comerciantes marítimos da região que hoje é Cherbourg, na Península do Cotentin, noroeste da França (WEBSTER, 1995, p. 62).

as inter-relações familiares (WEBSTER, 1995, p. 631). Isto afetou profundamente muitos dos membros dessas sociedades e levou à forte permanência de elementos anti-romanos, representados, sobretudo, pelos druidas<sup>23</sup> da Grã-Bretanha que, diante da hostilidade romana, se retiraram para a Ilha de Anglesey<sup>24</sup>, no País de Gales. A ligação entre os druidas gauleses e os britônicos nunca foi bem vista desde as incursões de César, reforçando a oposição romana, sendo os romanos representados por Suetônio Paulino, governante da Ilha da Grã-Bretanha por volta de 60 EC, responsáveis pelo massacre dos druidas e destruição do santuário de Anglesey (WEBSTER, 1995, p. 634). Os britônicos resistiram, liderados pela Rainha Boudica<sup>25</sup>, e conseguiram um sucesso parcial, quando os romanos, mesmo enfraquecidos, revidaram e derrotaram as forças britônicas, mas tiveram de se retirar antes que o dano fosse maior (WEBSTER, 1995, p. 634).

Sendo assim, John Koch aponta que, nesta conjuntura, na década de 360 EC, ocorreu o que os romanos descreveram como uma *grande conspiração*, em que “bárbaros” romperam um acordo com as autoridades romanas e ultrapassaram os limites acordados, invadindo e pilhando os territórios (KOCH, 2013, p. 54). Tais populações foram descritas como pictos, escotos, anglos, saxões, vistos por Gildas<sup>26</sup>, autor de *De Excidio et Conquestu Britanniae*, ou *Sobre a Ruína e Conquista da Bretanha*, do século VI, como uma punição enviada por Deus contra os pecadores religiosos e seculares num momento tumultuoso, em que o Império se retirava da Ilha Britânica e os “bárbaros” a dominavam (CASWELL, 2015, p. 43).

---

<sup>23</sup> O que se sabe a respeito dos druidas deriva das descrições dos autores gregos e romanos, especialmente de César em seus *Comentários sobre a Guerra da Gália*. São descritos como líderes religiosos, filósofos, historiadores e juristas, além de professores que divulgam seus ensinamentos e conhecimentos de forma oral. César ressalta o fato do *status* do druida ser aproximadamente igual ao da “aristocracia guerreira”, além de, anualmente, se reunirem em uma assembleia. Outro ponto interessante é a descrição do autor de que a Grã-Bretanha seria o centro dos conhecimentos druídicos e aqueles que desejassem treinamento deveriam ir até lá. Provavelmente, as descrições de César não se baseiam em observações diretas, mas antes em informações de escritores anteriores, como as do grego Posidônio, que não sobreviveram. Assim, as representações dadas por César referenciam a situação dos druidas talvez um século antes na Gália. Contemporâneos de César, Estrabão e Diodoro distinguem três ordens: os *druides* (filósofos, religiosos), *vates* ou *manteis* (advinhos) e *bardi* (bardos ou poetas) (KOCH, 2012, p. 275; STEPHENS, 1986, p. 154).

<sup>24</sup> Ilha a noroeste do País de Gales.

<sup>25</sup> Boudica, ou Boadicea, foi rainha dos Icení, na região da Inglaterra, líder da resistência contra as expedições romanas. Os relatos sobre Boudica aparecem nas obras de Tácito (*A Vida de Agrícola e Anais*) e Dion Cássio (*História de Roma*), referenciando seu último ano de vida, sendo que os autores a descrevem a partir de visões estereotipadas e exageradas (DURÃES, 2019, p. 136).

<sup>26</sup> Gildas foi um clérigo autor de *De Excidio et Conquestu Britanniae*, única fonte britânica contemporânea aos eventos dos séculos V e VI, considerada também o início da escrita histórica da Ilha, influente na produção de diversos textos posteriores. Gildas foi considerado uma autoridade na doutrina cristã, reverenciado na Irlanda, Bretanha (região a noroeste da França), Gales e Cornualha. Nas *Vidas de Gildas* galesas e bretãs, as origens do clérigo são associadas a Strathclyde, reino do norte da Grã-Bretanha, atual Escócia. Um ponto importante é que *De Excidio et Conquestu Britanniae* não foi pretendida como uma crônica, mas como um sermão dirigido aos religiosos e seculares, responsáveis pela ruína da Ilha, devido a seus comportamentos não cristãos (PLASSMANN, 2012, p. 380).

### 1.1.2. A Grã-Bretanha anglo-saxônica

A chegada dos falantes de anglo-saxão à Ilha Britânica ocorreu dois séculos após o abandono do Império Romano (409/410 EC), chegada descrita como uma invasão forçada de guerreiros anglos, saxões, jutos, além de outras tribos da parte noroeste da Europa, que correspondiam mais ou menos às regiões da Escandinávia e da atual Alemanha (KOCH, 2012, p. 21). John Blair ressalta que as fontes escritas para o período em que os germânicos chegaram à Grã-Bretanha são escassas, com os textos, geralmente, feitos alguns séculos após os acontecimentos. *De Excidio et Conquestu Britanniae* é a única fonte praticamente contemporânea aos eventos narrados, mas a partir de uma visão cristianizada e condenatória por parte de seu autor; a *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, ou *História Eclesiástica dos Anglos* (731) de Bede<sup>27</sup> também referencia o avanço anglo-saxônico sobre a Ilha Britânica, porém distante cerca de dois séculos; por fim a *Crônica Anglo-Saxônica*, sem autoria, oferece um sumário posterior dos acontecimentos, ano a ano, mas há dúvidas sobre a confiabilidade das datas oferecidas após o século VI (BLAIR, 1984, p. 61).

Os relatos de Gildas sobre os “invasores bárbaros” partem de sua visão cristã e escatológica dos acontecimentos que presencia. Bryan Casswell chama atenção para o fato de que este é um contexto em que o Império Romano do Ocidente está em colapso, visto como um período de trevas, tema que reteve atenção dos escritores da Ilha, além “da invasão de hordas de pagãos que devastaram as cidades da Grã-Bretanha e reduziram suas populações à ruína”<sup>28</sup> (CASSWELL, 2015, p. 43). Entretanto, recentes pesquisas arqueológicas enfraquecem as bases da imagem de invasão oferecida pelas narrativas, uma vez que as análises apontam para um processo de migrações de pequenos grupos germânicos que coabitavam com os britônicos (CASSWELL, 2015, p. 43).

Blair aponta que os ingleses posteriores datam a chegada de seus ancestrais a partir de 430, quando colonos aparecem em maior número (BLAIR, 1984, p. 61). Bede faz uma divisão das tribos germânicas e escandinavas, as colocando em regiões específicas na Ilha Britânica, conhecida como a Heptarquia Anglo-Saxônica, sendo os sete reinos de Wessex, Sussex, Essex, Kent, East Anglia, Mercia e Northumbria. Maria Lobato aponta que este

<sup>27</sup> Bede foi um clérigo do norte da Grã-Bretanha, famoso estudioso, sendo *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* considerado o primeiro grande trabalho histórico após Gildas. Escreveu sobre a presença anglo-saxônica na Ilha, dando especial atenção aos pictos e tecendo comentários negativos sobre os britônicos, neste caso os galeses. Um elemento importante da obra de Bede é o *bretwalda*, ou “poderoso governante”, que historiadores identificaram como uma possível instituição em que um grão-rei está acima de outros reis menores, remetendo a uma provável influência céltica do ideal de um grande rei (PLASSMANN, 2012, p. 87).

<sup>28</sup> No original: “[...] of pagan hordes, one which devastated Britain’s cities and reduced its people to ruin”.



esquema seria uma simplificação feita por Bede, sendo a realidade mais complexa, contando com a existência de outros reinos menores. Além disso, evidências arqueológicas não sugerem uma distinção rígida e que havia o embaçamento entre as fronteiras quando os reinos vieram a se constituir no século VI (LOBATO, 2010, p. 30).

A partir do século VII, observamos rápidas ascensões e declínios de alguns reinos que podem ser explicadas pela relação entre a dependência de forças militares, distribuições de dádivas e riqueza que, juntos, poderiam garantir poder para a submissão de outros reinos. Entretanto, percebemos que esta é uma sociedade permeada por disputas em que as sucessões reais eram incertas, uma vez que, quando da morte de um rei, sua corte poderia entrar em crise, levando à divisão do reino e dispersão dos súditos em busca de outros líderes (BLAIR, 1984, p. 72). Algo que se observa, para além das disputas territoriais entre os anglo-saxônicos, é o desenvolvimento dos governos locais, garantindo que novos *lords*, ou senhores, ganhassem autoridade rapidamente, administrando áreas que, por volta do século VII, eram denominadas *hundreds* (BLAIR, 1984, p. 74).

Um elemento fundamental que entra em cena durante o período anglo-saxônico é o Cristianismo. O professor Dominique Santos, analisando a atuação de São Patrício na Irlanda, afirma que não há certeza acerca do processo de cristianização da Grã-Bretanha, apontando que as informações aumentam a partir do século IV e, do século V em diante, a Igreja britânica floresceu (SANTOS, 2008, p. 49). Blair e Lobato concordam que a conversão britânica se deu a partir de Kent, quando o Rei Æthelberth I se converteu, influenciado por sua esposa cristã e o missionários enviados pelo Papa Gregório, o Grande. Tal fato levou à fundação, primeiro, do Monastério de Canterbury<sup>29</sup> e, a partir de então, os mosteiros se espalharam pela Grã-Bretanha (BLAIR, 1984, p. 77; LOBATO, 2010, p. 4).

Entretanto, em meados do século VII, a Igreja enfrentou problemas, tais como a falta de organização, poucos clérigos consagrados, bem como a morte de vários pela peste (BLAIR, 1984, p. 79). Dessa forma, um novo arcebispo foi nomeado em meados do século VII, reorganizando a Igreja britânica, além dos monastérios terem vivido uma “era de ouro” durante sua atuação. Na mesma medida em que o apoio real foi fundamental para o crescimento da Igreja, ela também acentuou o papel dos reis, especialmente no que diz respeito à formulação de códigos escritos. Os monastérios, apoiados por famílias influentes, experimentaram segurança e prosperidade, entretanto, os governantes passaram a influenciar diretamente sobre a atuação dos clérigos (BLAIR, 1984, p. 80). Blair ainda nota que no século

---

<sup>29</sup> Reino de Kent, sudeste da atual Inglaterra.

XI as igrejas eram propriedades dos senhores, sendo função dela servir os interesses desses e de sua corte (BLAIR, 1984, p. 115).

Outro evento que marcou profundamente a Grã-Bretanha anglo-saxônica foi a incursão nórdica ou *viking*. Em fins do século VIII aparecem os primeiros relatos de “pagãos vindos do mar” e atacando a costa norte da Ilha, e a partir do século IX os *raids*<sup>30</sup> se tornaram mais frequentes (BLAIR, 1984, p. 91). Os nórdicos são povos originários da região da Escandinávia e sua expansão se deu para além da Grã-Bretanha e Irlanda, chegando ao continente europeu. Além disso, a ameaça de um “inimigo externo”, mesmo que brevemente, abafou as lutas internas dos reinos anglo-saxônicos, obrigando-os, em alguma medida, a cooperarem contra os invasores. A ascensão da casa de Wessex sob liderança de Alfred, o Grande, foi uma das principais consequências desta conjuntura que, a partir de 870, consolidou sua liderança sobre os anglo-saxônicos<sup>31</sup> contra as forças nórdicas (BLAIR, 1984, p. 93).

É importante destacar que o sucessor de Alfred, Edward, formou ligações com seus reinos vizinhos no século X, inclusive outros reis anglo-saxônicos e das regiões galesas de Gwynedd e Dyfed, além da Northumbria e de regiões setentrionais sob o domínio dos celtas/gaélicos/escotos, incluindo alguns líderes nórdicos que tomaram partido contra seus conterrâneos (BLAIR, 1984, p. 98). Apesar disto, Blair ressalta que algumas regiões de Gales e Scotia (correspondente mais ou menos à atual Escócia) já caminhavam para um processo de unificação (com Gwynedd em uma política expansionista), sendo que a região Gales nunca foi totalmente dominada pelos anglo-saxônicos, embora muito influenciada por eles e pelos invasores nórdicos (BLAIR, 1984, p. 99).

O elemento nórdico, portanto, veio a compor o jogo de forças presente na Grã-Bretanha, juntamente com a influência dos anglo-saxônicos cristianizados (LE GOFF, 2005, p. 47). Porém, para além desta intervenção sobre a sociedade anglo-saxônica britânica, como mencionamos, os nórdicos também atuaram no continente europeu e sua influência se exerceu a partir dele, especialmente quando, em 1066, os normandos, os nórdicos franceses, conquistaram os anglo-saxônicos e galeses.

---

<sup>30</sup> Incursões, ataques, assaltos.

<sup>31</sup> A professora Isabela de Albuquerque aponta que a formação da Inglaterra se deu a partir de duas batalhas: a de Edington, de 878, e a de Hastings, de 1066. A Batalha de Edington ocorreu entre os anglo-saxônicos, reunidos e liderados por Alfred, e os escandinavos, culminando na supremacia do reino de Wessex, bem como levando à delimitação dos territórios ocupados pelos anglo-saxônicos e pelos escandinavos (ALBUQUERQUE, 2014, s.p.). Blair discute que “Inglaterra” não possuía muito significado e Alfred seria o primeiro a utilizar *Angelcynn*, literalmente “a terra dos ingleses” (BLAIR, 1984, p. 93). Abordaremos a Batalha de Hastings mais à frente.

### 1.1.3. A Conquista Normanda da Grã-Bretanha

Marc Bloch explicita que o termo *nordman*, ou normando, era uma forma usual entre certos germânicos do século IX para descrever alguns de seus companheiros nórdicos mais ao norte (BLOCH, 2016, p. 44). No contexto mencionado anteriormente, a expansão nórdica se deu também para a Europa continental, com destaque para a região da França, em que Bloch chama atenção para integração destas populações, especialmente quando *Rolfo* (ou *Hrólfr* ou Rollo), líder normando, recebeu terras no litoral norte francês (ao largo do Canal da Mancha, entre França e Inglaterra). Entretanto, os normandos desta região, não contentes com as terras recebidas, iniciaram uma ação expansionista, ocasionada também pelo afluxo de novos nórdicos. Em meados do século X, o Ducado da Normandia já possuía seus contornos mais ou menos conhecidos (BLOCH, 2016, p. 57).

O rei anglo-saxônico Edward viveu exilado na Normandia antes de retornar à Ilha da Bretanha, passando então por um problema de sucessão, uma vez que não havia produzido um herdeiro para o reino e os descendentes dos *nórdicos* da Ilha, que em algum momento chegaram ao poder, tramavam a possibilidade de ascender ao trono (BLAIR, 1984, p. 116). Edward, antes de sua morte, deixou o trono para seu parente Harold, conde de Wessex, porém não havia relações de consanguinidade entre eles, tendo sido escolhido por sua capacidade administrativa e militar para manter o reino (ALBUQUERQUE, 2014, s.p.). Muitos contemporâneos acreditavam que o Duque William da Normandia possuía direito ao trono inglês, talvez por um acordo com Edward. Além disso, a professora Isabela Albuquerque aponta que William se considerava parente de Edward por parte de sua tia-avó, apesar de que, para ascender por direito ao trono, sua relação com Edward deveria partir da linhagem masculina (ALBUQUERQUE, 2014, s.p.). De qualquer forma, o rei Harold enfrentava instabilidades ao norte da Grã-Bretanha, ao mesmo tempo em que as forças normandas chegavam à Ilha, em 1066, encontrando as forças anglo-saxônicas na Batalha de Hastings. Os normandos, liderados por William, enfrentaram e derrotaram os anglo-saxônicos e avançaram até Londres, onde os nobres ofereceram sua rendição (BLAIR, 1984, p. 119).

John Gillingham demonstra que levou cerca de cinco anos até que a Conquista pudesse ser considerada completa, ao mesmo tempo contando com adesão e resistência dos britânicos. O autor destaca:

Os anos de insegurança tiveram profundo efeito na história subsequente. Eles significaram que a Inglaterra recebeu não apenas uma nova família real, mas também uma nova classe governante, uma nova cultura e língua. Provavelmente nenhuma outra conquista na história Europeia tenha tido

consequências tão desastrosas para os derrotados<sup>32</sup> (GILLINGHAM, 1984, p. 121).

Neste sentido, George Garnett aponta que os eventos de 1066 em diante foram violentos, de resistência, demonstrando o impacto que a Conquista Normanda teria não apenas na Inglaterra, mas na Grã-Bretanha como um todo (GARNETT, 2009, p. 5).

O período, portanto, foi marcado por uma dinastia compartilhada, uma unificação da aristocracia entre as regiões dos dois lados do Canal da Mancha, o que significou a inserção da Inglaterra na política europeia continental. Para além disso, aconteceu um processo de “afrancesamento” da cultura inglesa, especialmente nos campos da música, literatura e arquitetura, com a língua francesa compondo o cotidiano dos ingleses (GILLINGHAM, 1984, p. 123). Este foi um momento social e cultural de grande complexidade, ressaltando a proliferação de registros escritos, observada entre os séculos XII e XIII. Dessa forma, o que notamos é que a escrita e a alfabetização foram fundamentais para o processo de memorização, uma vez que as experiências da vida cotidiana perpassavam pela leitura, mesmo que a população geral não fosse letrada. Neste contexto, é importante destacar que o século XII viu o desenvolvimento de escolas e universidades, com especial destaque para a Universidade de Oxford, considerada um importante centro literário (GILLINGHAM, 1984, p. 123).

Observamos ainda que, após a Conquista, houve a formação do Principado de Gales no século XIII, com sua origem no processo iniciado por Llywelyn ap Iorwerth, líder de Gwynedd, para reunir os príncipes galeses sob sua autoridade em um principado, como uma dependência da Coroa Inglesa (SMITH, 2012, p. 644). Ainda no século XIII, pelo Tratado de Montgomery, o rei Henry III da Inglaterra garantiu o Principado de Gales e o título de Príncipe para Llywelyn ap Gruffudd, descendente de Llywelyn ap Iorwerth. Entretanto, no século XIV, após sua deterioração, o rei Edward I, também inglês, concedeu a seu filho, Edward, terras galesas da Coroa. Em meados do século XIV, o Principado foi revivido, passando a ser concedido ao filho mais velho do rei da Inglaterra (SMITH, 2012, p. 645).

Observando tais conjunturas, Jacques Le Goff afirma que o Medievo é resultado do contato e fusão de dois mundos: as estruturas romanas e “bárbaras”, que viriam a acelerar e aprofundar o legado romano no continente europeu, atribuindo novas e diferentes características (LE GOFF, 2005, 21). O professor Marcelo Silva aponta que, para além da

---

<sup>32</sup> No original: “The years of insecurity were to have a profound effect on subsequent history. They meant that England received not just a new royal family but also a new ruling class, a new culture and language. Probably no other conquest in European history has had such disastrous consequences for the defeated”.

concepção de Le Goff sobre a dualidade entre romano e “bárbaro”, houve uma integração destas populações, que mantiveram o latim como língua oficial, preservando inclusive instituições romanas, sendo a ideia de oposições uma fabricação sobre a Idade Média criada pelos nacionalismos do século XIX (SILVA, 2019, p. 9). Assim, os primeiros séculos da Era Medieval podem ser vistos de adaptação, como um espaço de reelaboração dos clássicos, construindo manifestações originais (SILVA, 2008, p. 61). Além disso, como mencionamos, posteriormente, os elementos nórdicos vieram integrar o quadro social, não apenas da Grã-Bretanha, mas especialmente do continente europeu. Crises políticas levaram ao parcelamento do poder real, levando ao fracionamento dos reinos, passando a terra ser a base de poder público de grandes senhores, culminando no processo de vassalagem, em que o senhor da terra devia obrigações ao rei; senhor este que também passou a estabelecer relações de vassalagem com seus subordinados. As incursões nórdicas teriam acentuado este processo, uma vez que a insegurança levou os mais fracos a buscarem proteção dos mais fortes em troca de benefícios. É deste momento que aparece o *miles*, soldado ou cavaleiro, que designa esse vassalo (LE GOFF, 2005, p. 51).

Franco Cardini ainda explica que entre os séculos X e XI, havia profissionais da guerra membros de um grupo comandado por um senhor, guerreiros tais que deveriam defendê-lo. Esses profissionais também poderiam ter uma condição livre ou servil, sendo que, neste contexto, os guerreiros tinham comportamentos violentos contra os indefesos, como viúvas e órfãos (CARDINI, 1989, p. 58). Então, a partir do século XI, a Igreja determinou novos modelos para o cavaleiro, que passou a ser o que Cardini determina como *miles sanct Petri*, ou seja, aqueles que enfrentavam o “pecado”, inclusive no sentido militar, quando a espada era posta a serviço do sacerdócio e a investidura das armas passou a ter um sentido religioso (CARDINI, 1989, p. 60). Um importante modelo do código cavaleiresco é a história de Roland (ou Rolando) sobrinho de Charlemagne (ou Carlos Magno) e que engloba as duas principais características do mundo cavaleiresco: coragem e sagacidade, refinados pela prudência e que devem ser harmônicos. A harmonia surge, portanto, na irmandade dos cavaleiros em que os temperamentos são completados e a camaradagem predomina, virtudes que serão exaltadas no século XIV (CARDINI, 1989, p. 61).

Assim, entre os séculos V e X, Le Goff aponta para o nascimento de formas de pensamentos e sensibilidades que estariam na base das mentalidades medievais. Além disso, observamos que dentro das civilizações existem diferentes camadas de cultura que se

misturam e recombina, o que Le Goff determinou de utensilagem mental<sup>33</sup>, “vocabulário, noções, métodos” que poderiam evidenciar tais interconexões (LE GOFF, 2005, p. 109). O autor diz:

O espaço na Idade Média liga-se ao mesmo tempo à conquista de territórios, de itinerários, de lugares, e elaboração da representação destes espaços. Um espaço valorizado que relega ao segundo plano a oposição antiga entre o direito e o esquerdo para privilegiar a oposição entre o alto e o baixo, entre o interior e o exterior. Um espaço construído como a realização de uma identidade coletiva, mas que gera, ao mesmo tempo espaços de exclusão em seu seio [...] (LE GOFF, 2005, p. 13).

Gales, portanto, inscreve-se nesta conjuntura de influências de diversas culturas a partir de sua posição dentro da Grã-Bretanha, recriando e elaborando produções culturais a partir de suas dinâmicas sociais próprias. Os contos do *Mabinogion* demonstram como as imagens da sociedade e cultura britânicas foram apropriadas e adaptadas pelos galeses, dentro de um contexto em que os próprios normandos e ingleses mantiveram uma política de subjugar-los. Neste interim, o *Mabinogion*, como mencionamos, veio a ser considerado o grande exemplar da cultura galesa em contato com outras camadas de cultura.

---

<sup>33</sup> Que depois Le Goff passará a nomear imaginário (LE GOFF, 1994, p. 11).

## **CAPÍTULO 2. UM PAÍS DE MARAVILHAS: REIS, CAVALEIROS E GUERREIROS NO *MABINOGION***

Sabendo que o Ocidente Medieval legou novas formas de pensamento, noções e representações a partir do contato de diferentes culturas e sociedades, para compreendermos a apropriação galesa do contexto europeu medieval, é necessário partirmos de dois conceitos fundamentais: *representações* e *imaginário*.

Roger Chartier conceitua as representações a partir de suas acepções para as sociedades do Antigo Regime (anteriores à 1789): primeiramente, são uma presentificação do ausente, denotando uma distinção entre o que representa e o que é representado; seguidamente, as representações remeteriam à exibição ou apresentação pública; além disso, outra noção é da relação que uma imagem possui com um código moral, como o leão sendo símbolo de valor.

Assim, as representações dizem respeito às imagens mentais interiorizadas que remetem a esquemas, categorias e divisões do mundo social, que revelam posições de interesses de atores sociais e expõe a sociedade como tais atores a pensam ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 2002, p. 19). Assim, as representações articulam: as configurações intelectuais por meio das quais a realidade é construída, as práticas de reconhecimento de uma identidade social e as formas institucionalizadas em que alguns “representantes” evidenciam a existência do grupo (CHARTIER, 2002, p. 23).

Santos aponta que a representação é uma parte textual da realidade, não sendo um substituto do real, mas ambos são interdependentes.

O real antecede qualquer pensamento humano, ou seja, o mundo já existia antes de qualquer texto ser escrito, todavia, o pensamento também configura o real. Só é possível referir a qualquer coisa que seja usando conceitos forjados pelo entendimento, como podemos aprender com o próprio Kant, mas existe algo que não pertence ao reino dos pensamentos e que nos chega pela sensibilidade. Por este motivo, não há como abstrair o real sem o pensamento e nem ao contrário. Insistir nesta dualidade é escravizante (SANTOS, 2008, p. 33).

Neste sentido, Le Goff afirma que as representações são um campo que interpenetram o imaginário, sendo uma tradução mental de uma realidade exterior percebida; o imaginário também comporta o simbólico<sup>34</sup>, semelhante ao que Chartier aponta sobre um objeto

---

<sup>34</sup> Carl Gustav Jung propõe que o símbolo pode ser um termo, palavra ou imagem comum na vida cotidiana, mas que engloba conotações especiais que ultrapassam o significado aparente e convencional. É algo vago, oculto e desconhecido para as pessoas (JUNG, 2008, p. 18). Dessa forma, um material simbólico, seja uma palavra ou imagem, implicam algo além do limite imediato, remetendo a uma dimensão maior, que não é definida ou explicada (JUNG, 2008, p. 19). Jung ainda discute sobre a existência dos símbolos naturais,

remetido a um sistema de valores; também contém o campo do ideológico, em que uma concepção de mundo impõe um sentido subversor às representações do real (LE GOFF, 1994, p. 11). O imaginário, portanto, diz respeito ao universo das imagens mentais, neste caso coletivas, formadas e modificadas pelas dinâmicas históricas, legadas de uma civilização a outra, motor da ação humana. O imaginário remete às formas como a realidade exterior é apropriada pela pessoa a partir de suas dinâmicas interiores, sendo que o estudo do imaginário de uma sociedade é compreender a profundidade de sua consciência, bem como sua evolução histórica (LE GOFF, 1994, p. 17). Nesta perspectiva, o imaginário pode ter tanto um caráter estático perpetuado pela repetição, quanto dinâmico, na medida em que pode ser transformado pelo poder da criatividade. E por possuir dimensões espaciais, temporais, de ações, personagens, a análise do imaginário fornece informações valiosas sobre os seres imaginantes que se utilizam de suas linguagens (visuais e textuais) para exprimir suas dinâmicas internas (WUNENBURGER, 2007, p. 12).

Outro conceito basilar para a análise do *Mabinogion* é o de *fantástico e maravilhoso*. Tzvetan Todorov diz que o fantástico é a hesitação experimentada, da personagem e/ou leitor conhecedor das leis da realidade, perante um acontecimento que, aparentemente, não pode ser explicado pelas leis naturais. O maravilhoso é um campo do fantástico, quando se escolhe uma resposta para o evento sobrenatural. Neste caso, Todorov aponta a existência do maravilhoso puro, em que os acontecimentos insólitos não geram reações particulares nas personagens e/ou leitores, sendo a natureza sobrenatural do ocorrido que caracteriza o maravilhoso (TODOROV, 2006, p. 160). Le Goff aponta que, para os medievais, mais especificamente os clérigos, “ao nosso ‘maravilhoso’ corresponde mais o plural, *mirabilia*”, ou seja, os homens cultos da Idade Média percebiam o maravilhoso não como uma categoria literária, mas como um universo de objetos “perante as quais se arregalam os olhos” (LE GOFF, 2010, p. 16). Assim, Le Goff propõe um *maravilhoso cotidiano* para o Medievo, em que o fantástico, assim como propõe Todorov, não causa espanto ou dúvidas, apenas está inserido na realidade (LE GOFF, 2010, p. 22). Este é o caso do *Mabinogion*, uma vez que eventos maravilhosos se apresentam em diversos momentos da narrativa e não causam choque nas personagens: transfigurações, demônios, gigantes de um olho só, animais falantes, caldeirões que ressuscitam mortos etc. são alguns exemplos.

---

conteúdos inconscientes da psique, e símbolos culturais, expressando “verdades eternas”, que sofrem transformações mais ou menos conscientes e tornando-se imagens coletivas aceitas pelo grupo social. Estes símbolos são vitais na formação da sociedade (JUNG, 2008, p. 117).



Dessa forma, apresentamos esses conceitos que são essenciais no estudo do *Mabinogion*, uma vez que permitem compreender como a realidade europeia medieval foi representada e inscrita neste corpus de textos, apropriada e ressignificada pelos galeses. Passaremos agora para à análise dos contos em diálogo com seu contexto de desenvolvimento, apresentado no primeiro capítulo.

## 2.1. A jornada de Arthur na literatura galesa medieval

Dentre os contos que compõem o *Mabinogion*, cinco estão ligados ao Rei Arthur: *Culhwch and Olwen*, *Rhonabwy's Dream*, *The Lady of the Well*, *Peredur Son of Efrog* e *Geraint Son of Erbin*. Sobre Arthur, Le Goff faz uma afirmação fundamental:

Artur representa bem aqueles heróis da Idade Média que, entre realidade e imaginário, entre ficção e história, tornaram-se personagens míticas, assim como certas personagens históricas que realmente existiram distanciaram-se da história para tornar-se, por sua vez, mitos e juntar-se aos heróis fictícios do mundo do imaginário (LE GOFF, 2013, s.p.).

Assim, Arthur está envolto em uma bruma de mistérios, uma vez que não há uma origem determinada para esta personagem, mas uma coletânea de textos, temporal e espacialmente variados, que o apresentam. Aceitar que Arthur existiu, implica em aceitar a imagem dos romances, do rei medieval idealizado com Guinevere, Merlin e a Távola Redonda, a construção literária; e negar sua existência, implicaria em remover toda a base factual, o transformando apenas em um personagem fictício, o que os romancistas jamais aceitariam (ASHE, 1995, p. 1).

Uma abordagem mais rica é nos perguntarmos como as histórias arthurianas se originaram, ao contrário se Arthur existiu. Esta problemática se torna mais literária, mas que leva a uma compreensão histórica, incluindo os textos que trazem aspectos míticos e maravilhosos, como o próprio Geoffrey de Monmouth e as literaturas de Gales (ASHE, 1995, p. 3).

Arthur é mencionado pela primeira vez, em uma fonte em latim, na *Historia Brittonum*, ou *História dos Britânicos*, de Nennius<sup>35</sup>. Nesta obra, Arthur é um comandante

---

<sup>35</sup> A *Historia Brittonum*, século IX, é uma importante fonte sobre Grã-Bretanha dos séculos V a VII, contendo diversos elementos fantásticos, embora muitos dos nomes individuais possam ser confirmados por outras fontes. O texto aborda diversas temáticas, como a descrição física da Ilha da Bretanha, suas origens heroicas e a chegada dos pictos, sendo de grande inspiração para Geoffrey de Monmouth. Há cerca de oito manuscritos da *Historia Brittonum*, sendo que muitos estudiosos acreditam na atribuição a Nennius no prólogo da obra. Havia um Nennius galês por volta do século IX, entretanto tal prólogo pode ter sido uma adição posterior. As discussões sobre autoria da obra ainda não foram resolvidas, sendo que algumas vezes o autor é referido como Pseudo-Nennius, ou o texto é tido como anônimo (KOCH, 2012, p. 436).

das forças militares dos reis da Grã-Bretanha que expulsam os invasores saxônicos, tendo vencido em doze batalhas, a última sendo a Batalha do Monte Badon, a mais famosa de Arthur e que foi utilizada em textos de escritores posteriores a Nennius (NENNIUS, *History of the Britons*, §50).

Arthur é transformado em rei na *Historia Regum Britanniae* de Geoffrey de Monmouth, em que é coroado aos quinze anos após a morte de seu pai, Uther Pendragon. Aqui, Arthur é apresentado como um rei respeitado e bondoso, defensor de seu povo, capaz de submeter praticamente a qualquer um, inclusive se dirigindo para conquistar Roma, subjugando diversas outras populações no caminho (GEOFFREY OF MONMOUTH, *The History of the Kings of Britain*, IX). Sobre a obra, Juliana Silva diz:

É interessante notar como neste último capítulo sobressaem os aspectos míticos, mágicos e sobrenaturais que envolvem o mais famoso dos reis britânicos: a aparição de Merlim com suas profecias, a concepção de Artur, a construção de Stonehenge (que servirá como túmulo aos grandes homens da Bretanha), a espada Excalibur (que será ainda mais envolta nos mistérios da magia nos romances posteriores da Matéria de Bretanha), o combate ao gigante do Monte Saint Michel, e, por fim, a retirada de Artur, ferido mortalmente, para a ilha de Avalon. Este momento do livro de Monmouth pode, certamente, ser considerado como fonte principal para a estrutura básica dos romances artúricos (SILVA, 2004, p. 58).

#### 2.1.1. *Culhwch and Olwen*: Arthur, o Chefe dos Príncipes

Apesar do aparecimento de Arthur nas obras de Nennius e Geoffrey de Monmouth, o mais antigo conto arthuriano que conhecemos é *Culhwch and Olwen*, com sua redação datada das últimas décadas do século XI (KOCH, 2012, p. 233).

*Culhwch and Olwen* pertence ao tipo de conto internacionalmente conhecido como *Six Go Through The World*, *Seis Percorrem o Mundo*, ou *The Giant's Daughter*, *A Filha do Gigante*:

[...] o herói triunfa em realizar um número de tarefas aparentemente impossíveis, colocadas como impedimentos calculados em seu caminho por um gigante que sabe estar destinado a morrer quando sua filha se casar, e portanto, ele estará preparado para fazer tudo o que pode para o casamento não ocorrer<sup>36</sup> (BROMWICH & EVANS, 1992, xxvi).

Assim, no conto, Culhwch é filho de Cilydd que, após a morte de sua mulher, casa-se novamente. Culhwch estava ausente da corte por um tempo e, quando retorna, sua madrasta lhe lança uma profecia: ele nunca se casará, a não ser que sua esposa seja a filha de Ysbaddaden Bencawr, Olwen, por quem Culhwch se apaixona imediatamente. Davies aponta

---

<sup>36</sup> No original: “[...] the hero succeeds in accomplishing a number of apparently impossible tasks, placed as calculated impediments in his way by a giant who knows that he himself is fated to die when his daughter marries, and therefore he will be prepared to do all he can to prevent her marriage taking place”.

que este é o tema internacional da Madrasta Ciumenta, situação catalisadora dos eventos seguintes, entremeadas com o motivo dos Seis Percorrem o Mundo (DAVIES, 2007, p. 260). Então, Cilydd diz que o filho deve ir à Corte de Arthur, seu primo, para lhe pedir ajuda em conquistar Olwen.

Culhwch parte ao encontro de Arthur e, uma vez em sua Corte, lhe faz um pedido, ao que Arthur o concederá o que quiser, exceto seu navio, manto, a espada Caledfwlch, a lança Rhongomyniad, o escudo Wynebgwrthucher e sua esposa Gwenhwyfar. Cilydd havia dito que, primeiramente, Arthur precisaria aparar o cabelo de Culhwch de forma a reconhecê-lo como um parente, e quando Arthur o faz, imediatamente percebe se tratar de seu primo.

Passado este episódio, Culhwch pede que Arthur o ajude a encontrar Olwen, fazendo tal pedido em nome de vários guerreiros e damas da Corte, cerca de 250 ao total. Esta relação de pessoas deriva de nomes de genealogias e listas reais de reinos galeses (como Morganwg e Dyfed ao sul e Powys ao norte) e nomes de personagens míticas e literárias (BROMWICH & EVANS, 1992, xxxvii). Arthur envia mensageiros, que retornam sem sucesso, ao que Culhwch e outros seis guerreiros<sup>37</sup> procuram e encontram Olwen. O pai da donzela, após resistir e tentar atacar por três vezes o pretendente da filha e seus companheiros, determina quarenta trabalhos para que Culhwch e Olwen possam se casar.

Das quarenta tarefas impostas por Ysbaddaden, cerca de quinze são realizadas, sendo que seu cumprimento, em grande parte, não se dá por Culhwch, mas por seus companheiros e o próprio Arthur. Uma passagem importante é a caçada do javali Twrch Trwyth. Um dos trabalhos impostos é que Culhwch deve retirar o pente e a tesoura que estão dentro dos ouvidos do javali, pois somente tais objetos são capazes de aparar a barba de Ysbaddaden. A caçada a Twrch Trwyth ocupa uma boa parte da narrativa, sendo que Arthur e seus homens perseguem a criatura por diversas partes da Grã-Bretanha e Irlanda, quando finalmente o encurralam na Cornualha, conseguem os objetos e o javali foge pelo mar.

Notamos, portanto, que a Corte de Arthur é o *background* do desenvolvimento da narrativa, com o próprio Rei tomando frente em algumas das missões. Rachel Bromwich e Daniel Evans notam que, já por volta do século X, Arthur era uma “figura para a qual eram atraídos nomes de várias figuras míticas e lendárias não relacionadas originalmente”<sup>38</sup> (BROMWICH & EVANS, 1992, xxviii). Aqui, podemos aplicar o conceito de *figura* de Erich Auerbach, uma vez que a figura diz respeito à anunciação de algo vindouro, apontando

<sup>37</sup> Tais guerreiros são: Cai, Bedwyr, Gwrhyr, Gwalstaws, Gwalchmai, Menw.

<sup>38</sup> No original: “[...] matrix to which were drawn the names of a number of originally unrelated mythical and legendary figures”.

que um objeto tem sentido a partir de outro que lhe é anterior, entretanto, estes dois objetos são independentes, com realidades próprias, mas compreendidos em sua relação (AUERBACH, 1997, p. 24). Neste sentido, Arthur foi uma figura que agregou outras personagens, às vezes históricas, que acabou lhe permitindo adquirir popularidade já no século X.

Arthur, em *Culhwch and Olwen*, é descrito como o “Chefe dos Príncipes desta Ilha [Grã-Bretanha]”, o que nos lembra os *bretwalda*, o grão-rei anglo-saxônico acima de rei menores que mencionamos no capítulo anterior. O Rei possui grande poder e autoridade, capaz de determinar que quase todos se submetam à sua vontade, caso da busca por Mabon: Arthur liberta outro prisioneiro, Eidoel (necessário para que se encontre o outro cativo), mesmo que seu captor, Gwili, não apoie o Rei. Além disso, os Mais Antigos Animais<sup>39</sup> servem à vontade dos guerreiros de Arthur para que Mabon seja encontrado (BROMWICH & EVANS, 1992, p. xxvii).

Assim, a ideia de Arthur como um guerreiro, defensor e grande rei para seus súditos era popular em Gales por volta dos séculos X e XI, demonstrando que as representações das batalhas de Arthur, como seu combate contra gigantes nas *Brut y Brenhinedd*<sup>40</sup>, e as circunstâncias maravilhosas que envolvem sua figura, compunham um imaginário comum e que se materializaram na literatura britânica medieval.

### 2.1.2. *Rhonabwy's Dream*: O velho Arthur

Neste conto, também temos Arthur como personagem da narrativa, porém dentro do sonho de Rhonabwy. Madog é governante de Powys, reino do centro-norte galês, e mobiliza um exército contra seu irmão invejoso, Iorwerth. Dentre os homens convocados por Madog estava Rhonabwy, partindo para a Inglaterra, onde são recebidos em uma velha casa, lá permanecendo presos pelo mal tempo. Assim, Rhonabwy dorme e sonha: ele e seus companheiros encontram Iddog Cordd Pridain, ex-cavaleiro e mensageiro de Arthur. Iddog deixou a Corte, pois aprofundou a rixa entre Arthur e seu sobrinho-enteado Medrawd, culminando na Batalha de Camlan entre ambos. É interessante notar que tal combate, em Geoffrey de Monmouth, é a batalha final de Arthur, quando recebeu o ferimento do sobrinho e foi a Avalon se recuperar (GEOFFREY OF MONMOUTH, *The History of the Kings of*

<sup>39</sup> Os guerreiros buscam auxílio de cinco animais mágicos e antigos: o Pássaro Negro de Cilgwri, o Cervo de Rhedynfre, a Coruja de Cwm, a Águia de Cwenabwy e o Salmão de Llyn.

<sup>40</sup> As *Brut y Brenhinedd* são as traduções galesas da *Historia Regum Britanniae* de Geoffrey de Monmouth. Tais textos foram amplamente aceitos em Gales tanto pelos nativos quanto pelos grupos falantes de latim como a história britânica/galesa (ROBERTS, 2012, 134).

*Britain*, XI), apesar de, em *Rhonabwy's Dream*, o Rei estar, aparentemente, em boa forma. Thomas Øverbý ressalta que o conto pode ser mais ou menos datado de fins do século XIII e meados do XIV, apontando para uma possível influência da *Historia Regum Britanniae* no processo de redação da narrativa (ØVERBY, 2009, p. 88).

Assim, todos partem para a presença de Arthur e seus homens, que aguardam num vau<sup>41</sup> a partida para a Batalha de Badon contra Osla Gyllellfawr<sup>42</sup>, inimigo de Arthur. Neste momento, Arthur ri dos homens que Iddog trouxe; este o questiona e o Imperador responde: “Eu não estou rindo, ao contrário, eu me sinto muito triste que tais escórias como essas estão protegendo esta Ilha após homens tão excelentes a protegerem no passado”<sup>43</sup> (THE MABINOGION, *Rhonabwy's Dream*). Aqui, observamos a representação de Arthur não como rei, mas um imperador, papel que remete em alguma medida às suas representações tanto em *Culhwch and Olwen* quanto na *Historia Regum Britanniae*.

Assim, uma outra tropa chega ao vau e um dos cavaleiros insulta Arthur e o bispo que o acompanhava. Após um escudeiro repreender o cavaleiro pela ofensa, Arthur e suas tropas partem para a Batalha de Badon. Enquanto esperam, Owain e o imperador jogam *gwyddbwyll*<sup>44</sup>, mas são constantemente interrompidos, pois os corvos de Owain estão atacando os homens das tropas. Após a situação se apaziguar, Osla pede uma trégua a Arthur, que aceita, e Rhonabwy acorda neste momento.

Neste conto notamos a presença de uma personagem que figura em praticamente todas as narrativas do Ciclo Arthuriano: Owain. Koch aponta que ele provavelmente era um chefe britânico do norte, ativo por volta do século VI, apesar de não existir fontes do contexto que o mencionem (KOCH, 2012, p. 626). Vários príncipes galeses entre os séculos XIII e XV se chamavam Owain, como Owain Glyndŵr, líder de uma rebelião contra os ingleses no século XV (HENKEN, 2012, p. 626); Owain Gwynedd, rei de Gwynedd, ao norte de Gales no século XII, que iniciou uma política expansionista (SMITH, 2012, p. 627); e Owain Lawgoch, que reuniu tropas para tentar reconquistar Gales no século XIV, mas foi assassinado provavelmente por instigação dos ingleses (HENKEN, 2012, p. 628). Isto coaduna com as proposições de Bromwich e Evans sobre como as narrativas a respeito Arthur

<sup>41</sup> Um trecho de lagoa, rio, mar raso que permite que se cruze a pé ou a cavalo. *Ford* no original.

<sup>42</sup> Osla aparece como um dos homens de Arthur em *Culhwch and Olwen*, durante a caçada a Twrch Trwyth.

<sup>43</sup> No original: “I am not laughing, but rather I feel so sad that scum such as these are protecting this Island after such fine men that protected it in the past”.

<sup>44</sup> *Gwyddbwyll* é um jogo de tabuleiro, semelhante ao xadrez, com inúmeras referências nas literaturas irlandesa e galesa, mas há pouca informação disponível. Geralmente, nos contos, é descrito como um tabuleiro de prata e com peças de ouro, e, às vezes, tem características mágicas, como suas peças se movimentarem e jogarem sozinhas (STEPHENS, 1986, p. 241).

parecem ter agregado personagens que poderiam não estar associados a ele originalmente, como expusemos antes.

É importante ressaltar que o conto tem como contexto o reino de Powys, após o governo de Madog, quando passou a ser liderado por seus filhos e, no século XIII, ser conquistado pela expansão de Gwynedd (BUSSE; KOCH, 2012, p. 643). Além disso, Øverby demonstra que a audiência que recebia a narrativa poderia estar acostumada com tal contexto e personagens, inclusive Arthur (ØVERBY, 2009, p. 38). O autor ressalta que o imperador não apresenta valores heroicos, postergando a Batalha de Badon e rindo dos homens que protegem a Ilha, demonstrando a descrença galesa frente a figura de Arthur e daqueles que poderiam defendê-los, ao contrário do Arthur representado em Geoffrey de Monmouth: “Sua representação da idade dourada durante o reino de Arthur poderia aparecer progressivamente implausível na medida em que isso apareceria como falso frente aos negativos desenvolvimentos políticos, sociais e culturais”<sup>45</sup> (ØVERBY, 2009, p. 98).

Le Goff aponta que o sonho é uma das vias pelas quais o maravilhoso penetra o cotidiano medieval (LE GOFF, 2010, p. 29). Neste sentido, o sonho de Rhonabwy pode ser tido como uma forma de revisitar e recriar o passado galês (ØVERBY, 2009, p. 86). Amim demonstra que, para alguns estudiosos, *Rhonabwy's Dream* é considerado um conto de transição para grupo dos *Três Romances*, mesmo que esta não fosse a intenção do compilador (AMIM, 2006, s.p.). Assim, no século XII, a Literatura Arthuriana chegou ao continente europeu via Bretanha francesa<sup>46</sup>, com Arthur e seus homens sendo personagens de literaturas de cavalaria, como os de Chrétien de Troyes<sup>47</sup>, em que o rei, à semelhança de *Rhonabwy's Dream*, desapareceu dos combates, cedendo espaço para seus cavaleiros, situação que influenciou os romances arthurianos galeses (ØVERBY, 2009, p. 43).

### 2.1.3. *The Lady of the Well, Peredur e Geraint: A Cavalaria Arthuriana em Gales*

---

<sup>45</sup> No original: “His depiction of the golden age during Arthur’s reign must have appeared increasingly implausible in the face of negative political, social and cultural developments to such a degree that it may even have appeared as false”.

<sup>46</sup> A Bretanha francesa é uma região no extremo noroeste da França, adentrando o Canal da Mancha e muito próxima à Grã-Bretanha.

<sup>47</sup> Chrétien de Troyes foi um influente autor francês de fins do século XII que estabeleceu o gênero de romance e desenvolveu a Literatura Arthuriana. Possivelmente foi influenciado pela *Historia Regum Britanniae* a partir de sua tradução para o francês em 1155. Além de *Yvain, Perceval* e *Érec et Énide*, também compôs *Cligès*, resposta a *Tristan et Iseut* com elementos arthurianos, e *Lancelot* ou *Le Chevalier de la Charrette*, famoso por sua referência ao adultério entre a Rainha Guenièvre (Gwenhwyfar) e o cavaleiro e amigo de Arthur, Lancelot. As obras de Chrétien de Troyes foram encomendas dos nobres e, provavelmente, eram lidas para uma audiência nas cortes de Marie de Champagne e Philippe d’Alsace (LLOYD-MORGAN, 2012, p. 185).

*The Lady of the Well*, *Peredur Son of Efrog* e *Geraint Son of Erbin* são os três romances de cavalaria que têm paralelos na literatura francesa do século XII, respectivamente: *Yvain ou Le Chevalier au Lion*, *Perceval ou Le Conte du Graal* e *Érec et Énide*, todos de Chrétien de Troyes, sendo que os textos galeses, como os outros do *Mabinogion*, são de autoria desconhecida.

Cardini aponta que durante a longa fase de insegurança das “invasões bárbaras”, entre os séculos X e XI, a sociedade cristã elaborou “um conjunto ético-teológico para a sacralização da prática militar”, quando a palavra *miles* passou a designar *guerreiro* (CARDINI, 1989, p. 58). Entre os séculos XI e XII, as liturgias e fórmulas cristãs se adaptam às antigas *chansons de geste* (canções de gesta)<sup>48</sup>, ocasionando a “militarização e heroicização” de modelos cristãos eficientes em conquistar e comover o público (CARDINI, 1989, p. 61). Assim, muitos jovens eram atraídos para a aventura cavaleiresca, por motivos econômicos e/ou de prestígio, mas também para afastarem-se de seu senhor-pai, uma vez que seu poder, legado a um dos irmãos, poderia provocar rixas entre eles (LE GOFF, 2005, p. 284). Le Goff ainda ressalta que o movimento cruzadístico do século XI ofereceu aos cavaleiros e camponeses uma saída para o excedente populacional, ao prometer o acúmulo de terras e riquezas (LE GOFF, 2005, p. 65).

Dominique Barthélemy aponta que os *romans*<sup>49</sup> de cavalaria, especialmente de Arthur, dizem respeito à vida festiva na corte em que os cavaleiros, à semelhança das *chansons de geste*, provavam sua honra, força e coragem, mas sobretudo direcionados a seus irmãos e amadas. O amor da cortesã é o motor da ação do cavaleiro e a narrativa acompanha seu percurso (BARTHÉLEMY, 2010, p. 501). Dessa forma, observamos que estas narrativas eram ligadas ao poder da corte, especialmente voltadas como modelo para a juventude, o que coaduna com as proposições de Le Goff.

Os valores da Cavalaria cortesã são os de uma juventude despreocupada, pronta para conflitos de gerações que as vendetas não comportam. A Igreja e a boa sociedade, na Idade Média, proibirão ou reprovarão as aventuras de Lancelote e Tristão – ambos culpados de adultério com a rainha (BARTHÉLEMY, 2010, p. 501).

<sup>48</sup> As *chansons de geste* são tipicamente do século XI, refletindo elementos cavaleirescos antes das cortes, tais como “lutar sem fraqueza e se cobrir de honra, mas também se rebelar furiosamente contra a injustiça que os atingiu e passar para o lado inimigo” (BARTHÉLEMY, 2010, p. 464).

<sup>49</sup> *Roman* é a palavra utilizada na maioria das línguas europeias para “novela”, mas também denotava a língua comum oposta ao latim. No século XII, registram-se as primeiras utilizações do termo para as histórias em verso adaptadas do latim. Originalmente, se referia a textos imaginativos em língua vernácula, a maioria para épicos em verso em francês medieval (CUDDON, 1999, p. 757). Em francês antigo, *romance* poderia significar obras de ficção ou não-históricas ligadas à vida na corte sendo que, no século XIII, passou a ser praticamente todo tipo de histórias de aventuras sobre cavalaria ou amor, e, gradualmente, vieram a ser escritos em prosa (CUDDON, 1999, p. 758).

Barthélemy ainda nota que a *Historia Regum Britanniae* foi a inauguradora do amor cortês, especialmente no que diz respeito ao papel da Corte Arthuriana, uma vez que esta Corte é renomada e permite que sucessivas gerações se deleitem com “a valentia, a justiça, o esplendor de um príncipe” (BARTHELÉMY, 2010, p. 507).

Assim, *Os Três Romances* têm uma premissa parecida, variando nos detalhes da narrativa: um cavaleiro da Corte de Arthur parte em busca de aventuras, geralmente para vingar uma ofensa cometida contra o Rei ou sua esposa e Rainha, Gwenhwyfar, ou porque o cavaleiro ouviu de outro sobre algum lugar maravilhoso que prometia combates e batalhas gloriosas.

Em *The Lady of The Well*, Owain é o protagonista que busca o poço mágico que lhe permite lutar com o Cavaleiro Negro. Após matá-lo e desposar a Condessa viúva (a Dama do Poço) Owain sofre altos e baixos seja por seu amor à Condessa (que o despreza), seja para salvar Luned (que uniu Owain e a Dama) e para livrar donzelas de opressões. Le Goff faz uma observação interessante sobre a contraparte francesa deste conto, *Yvain*, mostrando que o que é válido no âmbito anglo-normando, não é para Gales:

[...] no que se refere ao arco da guerra, a cultura galesa resiste. O episódio correspondente à «Loucura de Yvain» não inclui o furto e o uso do arco contra os animais selvagens. Pelo contrário, na fortaleza em que Calogrenant, e depois Yvain, se deparam um vassalo e um jovem que estão familiarizados com as armas cavaleirescas, o narrador galês põe os seus heróis na presença de dois jovens que se treinam ao tiro com arcos de marfim. [...] vemos assim variarem os pormenores concretos do mito em função tanto da ecologia como dos hábitos sociais dos povos envolvidos, sem que mude a estrutura do mito (LE GOFF, 2010, p. 108).

Em Gales, o arco é nobre e o autor ressalta que, em outros contextos, esta não é uma arma de um cavaleiro empenhado em combate, mas do caçador, possuindo um aspecto selvagem (LE GOFF, 2010, p. 107). Dessa forma, a narrativa adquire características diferentes em solo galês, o que acontece também em *Geraint*: Arthur caça um gamo branco extraordinário e deve entregar sua cabeça à mais bela dama de sua Corte. Neste momento, Geraint e Enid, sua pretendente, chegam de uma aventura e Gwenhwyfar permite que Arthur presenteie a donzela. Na versão francesa da narrativa, *Érec et Énid*, Arthur deve beijar a dama (BARTHELÉMY, 2010, p. 524). *Geraint* também segue o esquema de partida do cavaleiro, as aventuras e o retorno, sendo que notamos a imposição da figura masculina de autoridade, que busca combate e valentia, mesmo nos momentos em que Geraint está quase morto, mas mantém a coragem, especialmente quando Enid está em perigo.



*Peredur* tem como contrapartida o conto inacabado de Chrétien, *Perceval*. Tal narrativa apresenta a evolução do cavaleiro, desde bem jovem até seu amadurecimento. A condessa, mãe de Peredur, não deseja que ele ingresse no mundo da cavalaria, mas o jovem acaba partindo para a Corte de Arthur. Aqui, ele se vinga de uma ofensa que um cavaleiro cometeu contra Gwenhwyfar e acaba tomando suas armas e cavalo. Esta situação pode se relacionar com a cerimônia de sagração dos jovens cavaleiros<sup>50</sup>, uma vez que o hábito de entrega das armas demonstrava que os jovens príncipes estariam aptos a acessar um patamar mais elevado na esfera social, além de que tais sinalizações exteriores contribuíram para a definição do cavaleiro (CARDINI, 1989, p. 58).

Além disso, em *Perceval*, temos a referência ao graal durante uma procissão na corte de um rei. O graal, aparentemente, tem a capacidade de manter o rei vivo, mesmo que esteja definhando. Em *Peredur*, a palavra *graal* não é utilizada, ao contrário, a procissão traz uma espécie de prato contendo uma cabeça humana. Aqui, podemos notar a associação de dois motivos tidos como célticos: o caldeirão e a cabeça. Koch aponta para as associações entre o graal e o caldeirão do renascimento (KOCH, 2012, p. 294). Assim, na literatura irlandesa e galesa, tais objetos são tesouros constantemente adquiridos e tomados, possuindo habilidades mágicas de abundância, atestado pelo seu aparecimento em *Culhwch and Olwen* (LÖFFLER, 2012, p. 154). Marion Löffler e John Koch demonstram que crânios faziam parte da arquitetura e estruturas de santuários e esculturas célticas da Europa continental, possivelmente demonstrando uma importância religiosa como símbolos do sobrenatural, aparecendo também no *Segundo Ramo do Mabinogi*. Tal “culto às cabeças” teria se originado no continente e mais tarde chegado à Grã-Bretanha (LÖFFLER & KOCH, 2012, p. 420).

Dessa forma, Koch aponta para a *Mabinogionfrage* ou *Questão do Mabinogion*: os *Tair Rhamant*, ou *Os Três Romances*, seriam contos galeses nativos com influência francesa, ou os contos de Chrétien com acréscimos da cultura de Gales, ou todos vêm de uma fonte comum? Koch diz que o problema permanece sem solução (KOCH, 2012, p. 734). “Romances galeses” seria uma forma simbólica de se referir aos contos, uma vez que tal terminologia não existia em galês medieval e *rhamant* (romance) é um uso moderno (LLOYD-MORGAN, 2012, p. 676).

---

<sup>50</sup> A cerimônia de sagração dos cavaleiros é chamada de *adubamento*, onde um clérigo, geralmente um bispo, benze as armas (espada, escudo, lança) do jovem cavaleiro quando de sua primeira aventura de Cavalaria, além de benzer também seu estandarte (BARTHÉLEMY, 2010, p. 298). Além disso, as armas eram ofertadas em um altar religioso, percorriam-se igrejas e orações eram proferidas para o cavaleiro, de forma a lhe garantir proteção e nobreza (BARTHÉLEMY, 2010, p. 300) Barthélemy ainda aponta que o adubamento era uma seqüência ritual, mesmo que alguns de seus elementos pudessem ser retirados (BARTHÉLEMY, 2010, p. 301).

Assim, percebemos que o papel de Arthur aqui é passivo e distante, deixando as aventuras para seus cavaleiros. O que notamos, é uma recorrência de motivos, temas e situações entre os contos galeses e franceses, o que, para Davies, pode indicar que os autores de Gales aceitaram certos temas prevalentes nos romances, tais como os ideais cavaleirescos, mas outros foram descartados, “culminando em três textos híbridos, típicos de um mundo pós-colonial”<sup>51</sup> (DAVIES, 2007, xxiv).

## 2.2. Príncipes, reis e imperadores na literatura galesa medieval

O primeiro grupo de contos que analisamos possuíam em comum a presença do Rei-Imperador Arthur, com maior ou menor protagonismo. As narrativas incluíam o grupo conhecido como *Os Três Romances* e outros dois contos que fazem parte do grupo *Os Quatro Contos Nativos Independentes*, sendo: *Culhwch and Olwen* e *Rhonabwy's Dream*. Dentro deste conjunto, ainda se inserem *The Dream of the Emperor Maxen* e *Lludd and Llefelys*, mas por não apresentarem Arthur na narrativa, não os analisamos junto dos outros contos arthurianos. Assim, agora passaremos ao estudo desses dois e d'*Os Quatro Ramos do Mabinogi*, outro grupo de contos nativos presentes no *Mabinogion*.

### 2.2.1. *Os Quatro Ramos do Mabinogi*: As histórias celtas galesas

*Os Quatro Ramos do Mabinogi* incluem: *Pwyll Prince of Dyfed (Primeiro Ramo)*, *Branewn Daughter of Llŷr (Segundo Ramo)*, *Manawyddan Son of Llŷr (Terceiro Ramo)* e *Math Son of Mahnowy (Quarto Ramo)*. As narrativas, como mencionamos no primeiro capítulo, possuem um elo tênue, uma vez que o que dá unidade aos contos é a presença mais ou menos constante de Pryderi, nascido no *Primeiro Ramo* e morto no *Quarto Ramo*. Além disso, Pryderi não é um protagonista, apesar de ser um personagem importante. Algumas vezes, sua presença não se faz perceber, senão por uma menção ao seu nome.

Davies aponta que *Os Quatro Ramos* apresentam uma sociedade aparentemente anterior à influência normanda, localizada em uma Gales pré-cristã, em que as personagens poderiam se relacionar com divindades celtas locais, mesmo que tais imagens não pudessem ser compreendidas por uma audiência medieval (DAVIES, 2007, xxvi). Além disso, mesmo com algumas expressões de personagens, como “*entre Deus e eu*”, os textos não apresentam referências diretas ao Cristianismo, o que levou a associações da narrativa com um passado pré-cristão celta fielmente preservado (ARAÚJO, 2015, p. 27).

---

<sup>51</sup> No original: “[...] culminating in three hybrid texts, typical of a post-colonial world”. Pós-colonial, neste caso, remete ao estabelecimento de um modelo colonial em Gales, especialmente por parte dos ingleses.

Uma associação comum entre o *Mabinogi* e o passado céltico galês é por meio da personagem Rhiannon e a divindade Epona. Esta última seria uma deusa com forte culto na Gália oriental, associada ao cavalo (KOCH, 2012, p. 325). Assim, Rhiannon aparece no *Primeiro Ramo*, cavalgando em um trote lento e, por mais que cavaleiros tentassem alcançá-la a toda velocidade, ela sempre permanecia distante. Pwyll, personagem principal, se apaixona por ela quando a alcança, e desejam se casar, mesmo que ela esteja prometida a outro.

Pwyll, no início da história, troca de lugar com Arawn, rei de Annwfn. *Annwfn*, na literatura galesa, designa o Outro Mundo, tema que é recorrente dentro do *Mabinogi* (KOCH, 2012, p. 31). Há paralelo também no *Segundo Ramo*: Bendigeidfran, um gigante, resgata sua irmã Branwen de opressões do marido na Irlanda, mas acaba ferido e tem sua cabeça cortada. A cabeça decepada (que continua falando como se estivesse no corpo) e seus homens vão à Inglaterra, onde vivem em alegria e abundância, onde o tempo não passa e eles não envelhecem, até que um deles abra a porta para a Cornualha e toda a lembrança das perdas e a tristeza retornam. Beleza, harmonia, abundância, ausência de morte e envelhecimento são algumas das características do Outro Mundo, especialmente o irlandês, *Tír na nÓg* (CAREY, 2012, p. 625). A passagem da cabeça de Bendigeidfran também pode ser relacionada a um possível culto céltico das cabeças, como demonstramos anteriormente em *Peredur*. Neste conto, discutimos o papel do caldeirão e, aqui, ele também tem destaque, uma vez que durante a batalha entre Bendigeidfran e seu cunhado, os irlandeses utilizam o Caldeirão do Renascimento, que permite que os mortos lá jogados retornem à vida, porém mudos, sendo o tema do caldeirão da ressurreição considerado um eco de histórias célticas.

Ainda, no *Terceiro Ramo* os habitantes desaparecem do reino após uma bruma misteriosa tomar conta do lugar, restando apenas Pryderi e sua esposa Cigfa, Rhiannon (mãe de Pryderi) e seu esposo Manawydan, que desfrutavam de tempos maravilhosos enquanto não havia mais ninguém no reino. Araújo aponta que, semelhante à *Culhwch and Olwen*, há a caçada a um javali que desemboca em novos eventos maravilhosos, como o desaparecimento de Rhiannon e Pryderi, sendo que o javali é associado ao Outro Mundo (ARAÚJO, 2015, p. 49).

Uma outra situação tida como céltica, presente no *Mabinogi*, é a dos bardos ou poetas<sup>52</sup>. No *Quarto Ramo*, Gwydion, um mago disfarçado de bardo, vai até o reino de

---

<sup>52</sup> No capítulo anterior, apresentamos os bardos como uma categoria dos druidas apresentados pelos autores greco-romanos (KOCH, 2012, p. 275; STEPHENS, 1986, p. 154). No terceiro capítulo discorreremos sobre o papel do bardo nas cortes galesas.

Pryderi: “‘Nosso costume, senhor’, disse Gwydion, ‘é que na primeira noite que nós vamos a um grande homem, o poeta chefe performe. Eu ficaria feliz em contar uma história’”<sup>53</sup> (THE MABINOGION, *The Fourth Branch*). Davies aponta que *cyfarwyddyd* é a palavra galesa que poderia remeter à pessoa que conta tais narrativas, geralmente na corte de um rei. Ademais, o termo poderia corresponder a “história, genealogias e narrativas de origem, topografia, fronteiras e geografia, mitos religiosos, crenças familiares e tribais, antiguidades e lendas, procedimentos legais e sociais, e medicina”<sup>54</sup>, ou seja, uma gama de conhecimentos variados (DAVIES, 1995, p. 785). Apesar de Davies demonstrar que não há evidências da relação direta entre o bardo e o *cyfarwyddyd*, a autora aponta que tais conhecimentos poderiam preexistir à redação dos textos na forma oral, o que seria refletido pela menção ao *cyfarwyddyd* no *Mabinogi* (DAVIES, 1995, p. 785).

Assim, tais narrativas maravilhosas do *Mabinogi* não seriam formas escritas de histórias orais, mas trabalhos de escritores remodelando o material segundo suas intenções, uma vez que *Os Quatro Ramos do Mabinogi*, como todos os contos do *Mabinogion*, não tem autoria, indicando que as narrativas são parte de um patrimônio coletivo conhecido, já que, em alguns momentos, os próprios narradores dos contos mencionam que os eventos narrados estão de acordo com a história conhecida ou que o livro contava de tal forma (DAVIES, 2007, xiii).

### 2.2.2. *The Dream of the Emperor Maxen*: O passado romano galês

Entre os contos do *Mabinogion*, este é um que é pouco discutido e pesquisado dentro dos ambientes acadêmicos, havendo pouquíssima literatura sobre ele, mesmo em língua inglesa. Entretanto, George Brewer e Bedwyr Jones afirmam que *The Dream of the Emperor Maxen* pertence ao tipo de narrativa chamada de *Falling in Love Through Dream* ou *Apaixonar-se por meio do Sonho*: “o sonho consistiria de uma jornada através de um terreno não familiar ao encontro de uma donzela e seguido por uma paixão debilitante que só pode ser curada por retrazar a jornada do sonho no mundo real”<sup>55</sup> (BREWER & BEDWYR, 1975, p. 25).

<sup>53</sup> No original: “‘Our custom, lord’, said Gwydion, ‘is that on the first night we come to a great man, the chief poet performs. I would be happy to tell a history’”.

<sup>54</sup> No original: “[...] history, genealogies and origin narratives, topography, boundaries and geography, religious myths, tribal and family lore, antiquities and legends, social and legal procedures, and medicine”.

<sup>55</sup> No original: “[...] the dream consisted of a journey through unfamiliar terrain leading to an encounter with a maiden and followed by a wasting lovesickness which can only be cured by retracing the dream journey in the real world”.

Neste conto, Maxen, imperador romano, saiu para uma caçada e, ao parar para descansar, dormiu e sonhou: ele atravessou mares e ilhas maravilhosas e chegou a outra ilha onde encontrava uma bela donzela, pela qual se apaixonou. Maxen desejava apenas dormir, pois assim, em sonhos, encontraria a donzela. O imperador enviou mensageiros a todos os lugares e, quando retornaram sem resposta, ele mesmo partiu em busca dela, chegando à Grã-Bretanha. Ele conquistou a Ilha, encontrou a donzela, Elen, e com ela permaneceu na Grã-Bretanha. Enquanto isso, outro imperador foi nomeado em Roma, ameaçou Maxen, que retornou a Roma e tomou o Império para si.

O sonho também tem destaque nesta narrativa, semelhante à *Rhonabwy's Dream*, entretanto, este remete ao momento da conquista anglo-saxônica da Ilha, enquanto *The Dream of the Emperor Maxen* remete à dominação romana (AMIM, 2006, s.p.). Maxen é considerado uma das representações literárias de Magnus Maximus, um romano-hispânico proclamado imperador romano pelas tropas da Ilha em 383. Magnus e suas forças defenderam e mataram o imperador Graciano, estabelecendo o controle da Gália, Espanha, partes da África e Grã-Bretanha (KOCH, 2012, p. 559). Maxen seguiu a mesma trajetória no conto: apesar de ser anteriormente imperador romano, ele deixou a Ilha da Bretanha e voltou ao continente para reconquistar o Império. Além disso, segundo a narrativa, Cynan, um de seus cunhados, permaneceu no Império e foi viver na França, fundando a Bretanha francesa, ou Armórica, sendo, portanto, o primeiro britânico a se estabelecer ali (STEPHENS, 1986, p. 381).

É interessante notar que Maxen/Magnus foi uma figura que atraiu atenção entre os escritores britânicos, especialmente galeses, uma vez que Nennius o inclui em sua *Historia Brittonum*, porém ele também aparece em diversas genealogias de dinastias galesas, especialmente associado a Powys (KOCH, 2012, 559). Sendo assim, como discutimos anteriormente, notamos que tal situação é semelhante ao que Le Goff afirma sobre Arthur: algumas figuras históricas acabaram deixando a história para tornarem-se personagens míticas e lendárias do imaginário (LE GOFF, 2013, s.p.).

### 2.2.3. *Lludd and Llefelys*: Três invasões, três livramentos

À semelhança de *The Dream of the Emperor Maxen*, há poucos estudos sobre *Lludd and Llefelys*. Kelly Randell aponta que tal desinteresse pela narrativa talvez se deva pelo fato de que muitos tradutores apontem que não há criatividade na escritura do conto, além do que, a narrativa aparece em inúmeros outros manuscritos galeses, especialmente nas *Brut y*

*Brenhinedd*, as traduções galesas da *Historia Regum Britanniae*<sup>56</sup> (RANDELL, 2009, p. 269).

Na história, Lludd herda o trono da Grã-Bretanha de seu pai, Beli. Llefelys, irmão de Lludd, casa-se com a princesa da França, tornando-se rei. Assim, a Ilha da Bretanha sofre três invasões: a chegada dos *coraniaid*, um povo capaz de ouvir qualquer fala que o vento levasse, inclusive sussurros; o grito da véspera de maio, tão poderoso que os homens perdiam sua cor, as mulheres perdiam os bebês, os jovens perdiam os sentidos, os animais e as árvores e a terra e as águas ficavam inférteis; e o desaparecimento da comida, em que todo o banquete preparado para a corte desaparecia após a primeira noite de festa.

Assim, Lludd deixou a Ilha às escondidas para se aconselhar com Llefelys, que lhe ensina a se livrar dos tormentos: para eliminar os *coraniaid*, eles devem ser atingidos por águas com insetos esmagados; o grito da véspera de maio vem de um dragão lutando com outro dragão estrangeiro e, para eliminá-los, eles devem ser atirados em um barril com hidromel<sup>57</sup>, de forma que eles se transfigurarão em porcos, consumirão a bebida e poderão ser presos; e a comida que desaparece é por um mago que encanta e adormece a corte, roubando o banquete, sendo que Lludd deveria enfrenta-lo. Dessa forma, Lludd retorna e elimina todas as pragas da Grã-Bretanha.

Como apontamos, o conto tem diversos paralelos em outros manuscritos galeses. Randell analisa as outras versões da narrativa, apontando para uma possível pré-existência oral do conto à compilação do texto, baseada nas histórias sobre os irmãos (RANDELL, 2009, p. 227). Lludd e Llefelys são filhos de Beli, personagem que aparece em várias genealogias galesas como ancestral lendário de diversas linhagens reais. Além disso, na história, Beli também é pai de Casswallon, correspondente ao rei Cassivellaunos que, na *Historia Brittonum*, foi responsável por lutar contra César (KOCH, 2012, p. 92). Neste sentido, Davies ainda nota que o nome *coraniaid* seria uma confusão com *cesariaid*, que corresponderia aos romanos, apontando também para o momento da conquista romana da Ilha (DAVIES, 2007, p. 52). Ainda, a luta dos dragões também aparece na *Historia Brittonum* e especialmente na *Historia Regum Britanniae*, quando Geoffrey de Monmouth apresenta a interpretação de Merlin acerca da visão dos dragões (DAVIES, 2007, p. 252).

---

<sup>56</sup> As obras de Nennius e Geoffrey foram construídas objetivando serem a narrativa histórica da Grã-Bretanha, porém, os autores recorrem a elementos maravilhosos e buscam sustentação no passado para garantirem que aquela se trata da história “verdadeira e gloriosa” de forma a afirmar a autoridade da corte a partir da qual os autores escrevem (SILVA, 2004, p. 39). Discorreremos mais sobre este assunto no capítulo seguinte ao tratarmos da(s) Matéria(s) de Bretanha.

<sup>57</sup> Bebida alcoólica.

Sendo assim, observamos que os elementos presentes nos contos do *Mabinogion* relacionam-se intrinsecamente com o contexto em que foram produzidos, além de referenciar outras obras literárias, como a *Historia Brittonum* e a *Historia Regum Britanniæ*. Dessa forma, na apreciação dos textos, observamos que diversos elementos faziam parte do imaginário comum galês e que foram representados segundo uma intenção dentro de determinadas situações. Demonstramos como as narrativas do *Mabinogion* relacionam-se dentro do desenvolvimento de uma cultura galesa e inglesa letrada, apropriando-se de elementos para constituir a narrativa. Portanto, passaremos à discussão dos usos destas literaturas na formação da identidade de Gales, frente às políticas expansionistas anglo-normandas, criando uma resistência em forma de mitologia que garantia a afirmação de seu local na política e cultura da Grã-Bretanha, bem como alimentava esperanças do retorno de uma era dourada e de glórias.

### **CAPÍTULO 3. MAB DAROGAN: O MABINOGION ENTRE GALES E INGLATERRA**

Como apontamos no capítulo inicial, em 1267, pelo Tratado de Montgomery, foi criado o Principado de Gales, sob liderança de Llywelyn ap Iorwerth. Neste contexto, John Davies afirma que a história política de Gales da Conquista Normanda, de 1066, em diante, pode ser percebida como de crescente subjugação à Coroa Inglesa, culminando na anexação de 1282 (DAVIES, 2007, s.p.).

Antes da absorção, Gales seguia em um processo formativo de um “Estado e nacionalidade próprios”, sendo que, ao tempo de Llywelyn ap Iorwerth, a população galesa era grande, com uma economia mais desenvolvida, uma sociedade mais complexa e em um *status* de florescimento maior do que percebido em períodos anteriores. Entretanto, estes dados podem ser apreendidos a partir de regiões mais proeminentes, como Powys e Gwynedd, agregadas por Llywelyn e que viriam a formar o Principado (DAVIES, 2007, s.p.).

Em meados do século XII, a Inglaterra passou por uma fase dita de “anarquia”, uma vez que a Coroa não conseguiu estabelecer um governo sólido e, neste interim, Owain Gwynedd, mencionado no capítulo anterior, conseguiu agregar territórios e estendeu seu reino até Chester, fronteira norte entre Gales e Inglaterra (DAVIES, 2007, s.p.). Alguns aliados de Owain também iniciaram uma ação expansionista, fazendo com que Madog de Powys buscasse assistência do rei inglês Henry II, apesar de sua autoridade já estar minada devido a disputas com a Igreja. Assim, quase todos os pequenos reinos permaneceram unidos sob Owain, que posteriormente passaram para a liderança de Llywelyn. Davies afirma que ele não objetivava apenas o título de um mero líder militar, mas usou estruturas feudais<sup>58</sup> para fortalecer sua autoridade, ao se alinhar com importantes barões na divisa entre Gales e Inglaterra (DAVIES, 2007, s.p.). Glyn Roberts diz que isto foi uma ênfase no poder principesco às custas dos particularismos tribais (ROBERTS, 1963, p. 378).

Em meados do século XIII, o rei Henry III da Inglaterra liderou um ataque em Gwynedd, porém, infrutífero em barrar as conquistas de Llywelyn e, a partir de então, outros reinos menores também abandonaram as ligações com a Coroa Inglesa e se alinharam a

---

<sup>58</sup> March Bloch diz que a “feudalidade” europeia consiste de relações sociais, primeiramente, de sangue, mas não apenas baseadas nisto, sendo uma forma de sociedade desigual de senhores e servos, em que estes, geralmente humildes, sujeitavam-se, economicamente, aos senhores nobres (BLOCH, 2016, p. 395). Além disso, ainda há o grupo (quase nobre) dos guerreiros e cavaleiros (BLOCH, 2016, p. 396). Notamos também o aparecimento de direitos fundiários de forma a recompensar os serviços prestados, sendo que no Reino Franco a recompensa poderia ser feita em forma de terras, ou feudos. Estas terras, inicialmente vitalícias, passaram a ser hereditárias e redistribuídas (BLOCH, 2016, p. 397).



Llywelyn (DAVIES, 2007, s.p.). Assim, o Tratado de Montgomery foi estabelecido em 1267 e Llywelyn reconhecido como o Príncipe de Gales, com obrigações de homenagem à Coroa Inglesa. A formação do Principado era um reconhecimento do estabelecimento de uma constituição política básica galesa, bem como uma prova de que Gales tinha as condições para a formação de um Estado, mesmo que não totalmente independente e ainda devendo obrigações à Inglaterra (DAVIES, 2007, s.p.).

Todavia, esta situação foi drasticamente alterada a partir de 1270 e as campanhas do rei Edward da Inglaterra em Gales, que lhe garantiram vastas terras para a Coroa, além de colocar tais regiões diretamente administradas por um sistema de leis e língua inglesas. Assim, apesar da existência do Principado, uma guerra entre galeses e ingleses foi travada no início da década de 1280, culminando na morte de Llywelyn ap Gruffydd (descendente de Lywelyn ap Iorwerth) e na derrocada dos séculos de conquistas para Gales (DAVIES, 2007, s.p.).

Doravante, o destino dos galeses em todas as partes de seu país seria viver sob um sistema político no qual eles e suas características teriam apenas um papel subordinado, um fato que seria um elemento central em sua experiência quase até este dia e horário<sup>59</sup> (DAVIES, 2007, s.p.).

É deste contexto a elaboração do Estatuto de Rhuddlan, que permitiu a estruturação governamental inglesa e a instalação de um modelo colonial em Gales, especialmente nas partes que anteriormente eram do Principado de Llywelyn. Apesar disto, também é deste contexto o florescimento de um corpo de literatura galesa, especialmente religiosa (DAVIES, 2007, s.p.). Simon Meecham-Jones aponta que a aristocracia tinha interesses nesta arte, o que explicaria a própria sobrevivência do Livro Vermelho de Hergest, considerado um dos grandes tesouros da literatura medieval galesa (MEECHAM-JONES, 2008, p. 32).

### **3.1. As Marcas e o florescimento da literatura anglo-galesa**

Entre Gales e Inglaterra, veio à existência uma região de fronteiras conhecida como *Marcas*, dominada por senhores em seus castelos que ali se estabeleceram desde o século XI (LIEBERMAN, 2010, p. 4). Tais senhores das Marcas eram homens poderosos, donos de vastas terras, envolvidos em questões políticas e “quem criaram a síntese de elementos normandos, ingleses e galeses que se tornariam parte da herança da nação galesa”<sup>60</sup>

---

<sup>59</sup> No original: “Henceforth, the fate of the Welsh in every part of their country would be to live under a political system in which they and their characteristics would have only a subordinate role, a fact which would be a central element in their experience almost until this very day and hour”.

<sup>60</sup> No original: “[...] who created that synthesis of Norman, English and Welsh elements which would become part of the heritage of the Welsh nation”.

(DAVIES, 2007, s.p.). Assim, no Medievo, as Marcas Galesas tinham funções políticas e administrativas, tanto para Gales, quanto para Inglaterra, com extensões não fixas, devido às conquistas e reconquistas de territórios, sendo que, a partir de 1283, as regiões das Marcas foram melhor definidas territorialmente (LIEBERMAN, 2010, p. 5). Max Lieberman ainda aponta que, na historiografia contemporânea, o termo diz respeito ao “amontoado” de senhorios formados em Gales desde meados do século XI até a conquista de Edward, no século XIII. O termo é baseado no precedente medieval *Marchia Walliae*, que possivelmente adquiriu um significado oficial ao longo do século XIII, devido ao seu aparecimento em documentos oficiais da Coroa Inglesa, sendo que as fronteiras com Gales poderiam ser referidas por meio de outros termos em latim. Assim, Marcas de Gales seria uma categoria contemporânea que delimita bem a região, embora *Marchia Walliae*, entre os séculos XI e XIV, referenciava uma zona das Marcas mais maleável (LIEBERMAN, 2010, p. 5). Para nosso propósito, entendemos o termo no sentido de uma região determinada, uma vez que estas localidades foram fundamentais para as trocas culturais entre os galeses e as demais sociedades que se fizeram presentes na Ilha da Bretanha.

A região das Marcas só seria extinguida no século XIV, quando a Coroa Inglesa reestruturou suas relações com Gales, as Marcas passando a integrar condados ingleses e galeses (DAVIES, 2007, s.p.). Meecham-Jones aponta que a política do Duque William da Normandia, após a Conquista, foi de garantir amplos poderes de jurisdição e ocupação aos Senhores em terras galesas, o que acentuou não apenas as pressões militares, mas o processo de “invasão cultural” (MEECHAM-JONES, 2008, p. 27).

As Marcas de Gales foram identificadas como os locais em que se originaram importantes textos medievais influenciados pela sociedade fronteiriça, sociedade esta que se alarga para além de proezas militares, sendo uma terra de fronteiras de pessoas. Ao agregar terras em Gales, os senhores acabaram criando uma sociedade caracterizada por diferenças raciais e linguísticas, já que falantes de galês vieram a disputar espaços com ingleses da divisa, além de outras pessoas de diversas regiões da Inglaterra e França (MEECHAM-JONES, 2008, p. 30).

O resultado foi um modelo sobreposto de completo multilinguismo, parcial e funcional, ambos promovendo e refletindo um padrão de intenso contato cultural. Mas o modelo de conquista e apropriação nas Marcas assegurou que o galês funcionasse como um substrato linguístico e cultural crucial no desenvolvimento da cultura das Marcas<sup>61</sup> (MEECHAM-JONES, 2008, p. 31).

---

<sup>61</sup> No original: “The result was a complex overlapping pattern of partial, functional, and full multilingualism, both promoting and reflecting a pattern of intense cultural contact. But the pattern of conquest and appropriation

Os mosteiros foram os principais responsáveis pela preservação dos inúmeros exemplares da literatura deste contexto, já que, como apontamos no capítulo um, desde antes da Conquista, também acentuado por ela, a Grã-Bretanha viveu um florescimento de abadias e mosteiros, bem como de uma cultura letrada (BLAIR, 1984, p. 77; GILLINGHAM, 1984, p. 123; LOBATO, 2010, p. 4). Davies demonstra que a Ordem Beneditina<sup>62</sup> foi um dos meios utilizados pelos normandos para garantir controle sob a Igreja galesa, sendo eles os próprios apoiadores do monasticismo latino, tendo este se desenvolvido com vigor em Gales, especialmente através da Ordem de Cister<sup>63</sup>, fundadora de diversos mosteiros a partir de meados do século XII (DAVIES, 2007, s.p.). Logo, os mosteiros se espalharam pelos reinos galeses, favoráveis aos príncipes, sua língua, literatura e cultura, sendo os monges encarregados das cópias de manuscritos em galês (MORGAN-GUY, 2012, p. 208). Davies ainda afirma que o monasticismo latino foi uma forma de aproximação de Gales com a Europa continental, sendo também uma espada de dois gumes ao servir aos interesses dos invasores, e fortalecer a identidade dos galeses (DAVIES, 2007, s.p.).

### 3.1.1. As Matérias de Bretanha e o passado pseudo-histórico da Grã-Bretanha

No contexto da formação do Principado de Gales e do desenvolvimento de uma cultura letrada em Gales e Inglaterra, observamos que os conteúdos dos contos do *Mabinogion* fazem referência a outros materiais literários e histográficos produzidos sobre a Ilha da Bretanha, mas não necessariamente produzidos ali, incluindo textos em diversas línguas, diversos estilos e diversos contextos. Este conjunto de obras é o que Michael Faletra define como *Matérias de Bretanha*, oposto ao singular *Matéria de Bretanha*, que focaria majoritariamente nos textos arthurianos e excluiria outros tipos de documentos sobre o passado insular. Assim, as *Matérias de Bretanha* podem não necessariamente ter o mesmo assunto, mas têm como interesse comum o passado da Ilha “em formas que nunca são

---

in the march ensured that Welsh functioned as a crucial linguistic and cultural substrate in the development of Marcher culture”.

<sup>62</sup> A Ordem Beneditina consiste em uma organização religiosa medieval, com predominância até o século XII, seguindo as regras de São Benedito, do século VI, baseando-se nas ordens monásticas. As regras consistiam em direção espiritual e material para o bem-estar do mosteiro, o que agregava orações, trabalho manual e estudos seguindo uma rotina, sendo os mosteiros beneditinos considerados grandes centros literários da Europa ocidental (ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 2019, s.p.).

<sup>63</sup> A Ordem de Cister, ou dos Monges Brancos, foi uma Ordem Beneditina e diz respeito à ordem monástica fundado no século XI, na França, cujos membros seguiam estritamente regras fundadas no ascetismo. Os mosteiros da Ordem de Cister deveriam seguir os mesmos princípios: todos os abades deveriam se encontrar anualmente e cada mosteiro “filho” deveria ser visitado pelo fundador anualmente, mesmo que cada casa preservasse sua autonomia (ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 2019, s.p.).

politicamente inocentes ou historiograficamente ingênuas”<sup>64</sup> (FALETRA, 2014, p. 10). As Matérias de Bretanha, portanto, se incluem no que Le Goff aponta como as fontes e os reservatórios do maravilhoso medieval, que são herdados pelas dinâmicas do imaginário, às quais os autores recorrem de forma a criar seus materiais, aceitando-os, modificando-os ou rejeitando-os, individual e coletivamente (LE GOFF, 2010, p. 16).

Neste sentido, algumas das obras com as quais os contos dialogam se colocam como a história da Grã-Bretanha, caso da *Historia Brittonum* e *Historia Regum Britanniae*. Analisando a evolução heroica de Lancelot dentro do Ciclo Arthuriano, Ana Margarida Chora aponta que, especialmente nas obras do século XIII, a história aparece nos textos de forma a conceder autoridade histórica às narrativas, mas também reforça o surgimento das prosas ficcionais (CHORA, 2004, p. 161).

Além disso, os textos em verso passaram a ser questionados e a prosificação das narrativas permitiria um retorno à realidade. Também, há um esforço por parte dos autores para a construção de uma história exemplar e a inserção da *belle conjointure* ou bela articulação nos textos, fornecedor de um *status* de verdade que influencia a realidade (SILVA, 2004, p. 26). Ainda, ao analisar a construção literária de Arthur, Silva ressalta que tal processo também tem função da elaboração de uma certa historicidade, uma vez que, mesmo que a existência de Arthur não seja confirmada por critérios atualmente aceitos, a elaboração e recepção dessa literatura são historicamente determinados pelas vontades e determinações da corte para as quais era dirigida (SILVA, 2004, p. 24).

Dessa forma, os textos de ficção são promovidos ao estatuto literário e se diferenciam da historiografia, único tipo de prosa aceito até então. Entretanto, os autores buscam na história uma confirmação para seu texto, muitas vezes afirmando que se baseiam em outros livros, outros manuscritos ou histórias popularmente conhecidas (CHORA, 2004, p. 161).

Neste sentido, as dinâmicas do imaginário e as modificações das representações da realidade nas obras literárias estão intrinsecamente relacionadas e condicionadas pelos contextos em que estão inscritas, geralmente em função da corte que determina o que deve ser acreditado e aquilo no que se quer acreditar (SILVA, 2004, p. 27). Estas obras seriam pseudo-histórias, pois buscam o *status* de verdade, mas não tem necessariamente este compromisso, apresentando o que se considera plausível ser verdadeiro.

### 3.2. A profecia da soberania galesa sobre a Grã-Bretanha

---

<sup>64</sup> No original: “[...] in ways that are never politically innocent or historiographically naïve”.

Dessa forma, em Gales, frente à colonização anglo-normanda inserida na construção de uma literatura historiográfica, desenvolveu-se o clamor pela soberania galesa sob toda a Ilha Britânica, com uma história mais antiga que a presença dos anglo-saxões e normandos (FALETRA, 2014, p. 7). Geoffrey de Monmouth afirma que os antigos britônicos habitantes da Ilha, devido a pestes, fome e seus costumes belicosos, perderam controle sobre a Grã-Bretanha, levando a um “rebaixamento” de sua cultura e dando origem aos galeses, que nunca mais recuperariam seu poder na Ilha, constantemente se massacrando ou aos seus vizinhos (GEOFFREY OF MONMOUTH, *The History of the Kings of Britain*, XI). Faletra aponta que a fala contida na *Historia Regum Britanniae* seria um testemunho para a audiência inglesa da “barbaridade” dos galeses, num local à margem da civilização e da “hegemonia inglesa sobre toda a Grã-Bretanha”<sup>65</sup> (FALETRA, 2014, p. 21). Lembramos que a obra de Geoffrey de Monmouth teve grande repercussão quando de sua publicação no século XII, até mesmo em Gales, com as traduções galesas intituladas *Brut y Brenhinedd* (ROBERTS, 2012, p. 134).

Assim, os galeses, que também se referenciavam como *Brytannyeit* ou britônicos, segundo Faletra, visavam o retorno de seu antigo estatuto, sendo este um problema para os conquistadores anglo-normandos que desejavam afirmar sua autoridade na Grã-Bretanha. Dessa forma, as profecias ganharam força<sup>66</sup> com figuras messiânicas que restaurariam a glória galesa, assegurando sua hegemonia na Ilha, gerando resistência e revoltas em Gales contra as forças colonizadoras de normandos e ingleses<sup>67</sup> (FALETRA, 2014, p. 7) Roberts afirma:

Em Gales, como algures, o interesse em profecia e vaticínio foi grande e desenvolveu em uma enorme literatura, sombria e obscura. A atmosfera em Gales nas Idades das Trevas<sup>68</sup> e Média foi particularmente adequada para o crescimento da profecia política. Pressão dos anglo-saxões e escandinavos, normandos e anglo-normandos, criaram condições que fizeram o desejo por vingança e esperança de um vingador consideravelmente inevitáveis<sup>69</sup> (ROBERTS, 1963, p. 391).

<sup>65</sup> No original: “[...] English hegemony over *all* of Britain [...]”.

<sup>66</sup> Alled Llion Jones define a profecia, em Gales, não como algo que apresente uma visão do futuro, mas com objetivos de influenciar o presente (JONES, 2013, xiii). No decorrer do capítulo discutiremos mais sobre o papel das profecias galesas, culminando no chamado “filho da profecia”.

<sup>67</sup> Um dos primeiros textos proféticos de Gales é o *Armes Prydain*, ou A profecia da Grã-Bretanha, composto no século X, encontrado no *Llyfr Taliesin*, ou Livro de Taliesin. O texto aponta para uma aliança de todos os povos originários e uma vitória contra os invasores, que podem ser identificados como os anglo-saxões. Além disso, no texto há menções de figuras heroicas e líderes messiânicos (KOCH, 2012, p. 35).

<sup>68</sup> Início da Era Medieval com poucos registros históricos expressivos (FAOLÁIN, 2012, p. 383).

<sup>69</sup> No original: “In Wales, as elsewhere, the interest in prophecy and vaticination, was great and grew into an enormous literature, dark and obscure. The atmosphere of Wales in the Dark and Middle Ages was particularly suited to the growth of political prophecy. Pressure from Anglo-Saxons and Norsemen, Normans and Anglo-Normans, created conditions which made a desire for revenge and hope of the coming of an avenger quite inevitable”.

Assim, entre os séculos VI e XII, enquanto os britônicos foram empurrados para a parte oeste da Ilha pelas conquistas dos anglo-saxônicos, normandos e ingleses, as profecias foram fundamentais em dar esperanças acerca do futuro para Gales. Deste contexto, um tipo característico de vaticínio se desenvolveu: a espera por um herói salvador que retornaria para liderar os galeses no comando da Grã-Bretanha (KAY, 2007, p. 79). Tais narrativas foram fortemente divulgadas em momentos de conturbações políticas em Gales, especialmente após 1282, com a morte de Llywelyn ap Gruffydd e o último fôlego de autonomia galesa (KAY, 2007, p. 80).

Morgan Kay ainda aponta para a existência de outros gêneros textuais em muitos dos manuscritos que contém profecias, como poesia, textos religiosos, históricos e médicos, romances e as *Trioedd Ynys Prydain*<sup>70</sup>. O próprio manuscrito do Livro Vermelho, além de conter as narrativas do *Mabinogion*, trazem textos proféticos, sendo que, ao notar essas outras formas textuais, “podemos ver como profecias cabiam dentro da visão de mundo galesa”<sup>71</sup> (KAY, 2006/2007, p. 85).

### 3.2.1. O voo do dragão: As profecias de Merlin

Nos manuscritos medievais galeses, as profecias, muitas vezes, vinham juntas de textos poéticos e Tríades, sugerindo que os vaticínios também faziam parte do repertório dos bardos (KAY, 2006/2007, p. 92). Como apresentamos no primeiro capítulo, o bardo poderia ser um dos tipos de druidas descritos pelo autores clássicos, sendo que o termo galês para bardo, *bardd*, sobreviveu no idioma galês medieval, mesmo com alguma alteração de significado, mas ainda com a ideia de um poeta profissional que elogia seu mestre, ou seja, o bardo geralmente está associado a algum patrono da literatura, geralmente um príncipe (MCKENNA, 2012, p. 78). Kay ainda demonstra que, entre os séculos XIV e XV, o prestígio do bardo mudou, sendo que seus conhecimentos mnemônicos e orais perderam certo grau de autoridade, tendo os registros escritos maior prevalência, o que pode ser atestado pelo fato de que muitos bardos e poetas passaram a escrever suas profecias e poesias (KAY, 2006/2007, p. 99).

<sup>70</sup> As *Trioedd Ynys Prydain*, ou Tríades da Ilha da Bretanha, dizem respeito a uma forma de conhecimento mnemônico ligado a elementos mitológicos e lendários da cultura britônica. Falam de objetos, pessoas, acontecimentos, animais, terras, invasões, maravilhas, heróis, batalhas, qualidades de mulheres etc. agrupados em três, segundo um tema, de forma a ajudar sua memorização. As *Trioedd* são conhecimentos galeses nativos que retiram seus conteúdos das heranças culturais comuns, servindo até mesmo para bardos e na formação de contadores de histórias. Ainda, as *Trioedd* serviram como fonte para os escritores do Ciclo Arthuriano, que acabaram associando elementos triádicos à figura de Arthur (GROOMS, 2012, p. 749).

<sup>71</sup> No original: “[...] we can see how prophecies fit into the Welsh world-view”.

Merlin é uma figura bárdica que aparece nas Matérias de Bretanha, possivelmente tem origens galesas e está associado à arte da profecia. Geoffrey de Monmouth inseriu Merlin na *Historia Regum Britanniae* quando o rei Vortigern fugiu de saxões que teriam traído um acordo estabelecido com o rei para que defendessem a Ilha da Bretanha em troca de terras. Geoffrey insere elementos fantásticos à narrativa, uma vez que Vortigern tenta repetidamente construir uma torre para sua proteção, mas que é constantemente tragada pela terra. Seus conselheiros lhe dizem que o sangue de um menino nascido sem pai deve ser aspergido sob o solo, o que garantiria a construção da torre. Assim, mensageiros do rei encontram tal menino, chamado Merlin, dizendo ao rei que, abaixo do local de construção da torre, há um poço com dois dragões dormentes, um vermelho e um branco, envoltos em um tecido, impedindo a construção de ser realizada (GEOFFREY OF MONMOUTH, *The History of the Kings of Britain*, VI). Em seguida, encontramos as *Prophetiae*, ou Profecias de Merlin, feitas a Vortigern: Merlin diz ao rei que o dragão branco simboliza os saxões, dominando e massacrando o dragão vermelho, símbolo dos povos da Grã-Bretanha (GEOFFREY OF MONMOUTH, *The History of the Kings of Britain*, The Prophecies).

Na *Historia Brittonum*, de Nennius, anterior ao texto de Geoffrey, encontramos um paralelo para a história envolvendo o rei Vortigern e as serpentes<sup>72</sup> do poço. Aqui, Vortigern também foge para lugares distantes, tenta sem sucesso construir fortificações, busca um menino, chamado Ambrose e nascido sem pai, para sacrificá-lo, sendo que o jovem lhe conta sobre as serpentes, interpretando a visão:

O poço é o emblema deste mundo, e o tecido o seu reino: as duas serpentes são dois dragões; a serpente vermelha é o seu dragão, mas a serpente branca é o dragão das pessoas que ocupam muitas províncias e distritos da Grã-Bretanha, quase até de mar a mar: por fim, entretanto, nosso povo deve ascender e expulsar a raça saxônica para além-mar, de onde eles originalmente vieram [...] <sup>73</sup> (NENNIUS, *The History of the Britons*, §42).

Neste momento, observamos que as profecias do “Merlin” de Nennius e do Merlin de Geoffrey de Monmouth divergem, posto que, no primeiro, os habitantes da Ilha retomariam seu controle, enquanto no segundo, os invasores dominariam a Grã-Bretanha. Apesar de estarem em contextos diferentes e se contraporem, ambos os “Merlins” fazem profecias que dizem respeito ao futuro da Ilha, demonstrando, como já mencionamos, que os vaticínios

<sup>72</sup> Nennius diz, posteriormente, que as serpentes são dragões (NENNIUS, *The History of the Britons*, §42).

<sup>73</sup> No original: “The pool is the emblem of this world, and the tent that of your kingdom: the two serpents are the two dragons; the red serpent is tour dragon, but the white serpent is the dragon of our people who occupy several provinces and districts of Britain, even almost from sea to sea: at length, however, our people shall rise and drive way the Saxon race from beyond sea, whence they originally came”.

faziam parte tanto do repertório bárdico, bem como dos conhecimentos de outros escritores (KAY, 2007, p. 92).

Tanto Geoffrey, quanto Nennius, escreveram de um contexto galês, uma vez que Monmouth localiza-se em Gales, bem como Nennius provavelmente era galês (KOCH, 2012, p. 436; SILVA, 2004, p. 58). Neste sentido, os autores, possivelmente, basearam seus “Merlins” em um outro personagem conhecido de histórias galesas: Myrddin, presente em poesias galesas medievais, todas contidas no Livro Negro de Carmarthen, apresentado no primeiro capítulo. Brian Frykenberg demonstra que todos os textos que tratam de Myrddin foram constituídos no contexto da Conquista Normanda, não havendo historicidade para o bardo, apesar de que autores, em outros textos, o referenciam. Desta forma, Mryddin também está relacionado à arte da profecia, fazendo predições sobre os eventos da Conquista Normanda (FRYKENBERG, 2012, p. 595). Segundo Kay, o trabalho de Geoffrey trouxe o personagem bárdico para a atenção do público leitor de latim, fazendo as profecias merlínicas um tópico de discussão entre estudiosos, sendo uma figura que relaciona várias marcas das antigas heranças galesas (KAY, 2007, p. 76).

### 3.2.1.1. As opressões em *Lludd and Llefelys*

Assim, no contexto dos textos pseudo-históricos *Historia Brittonum* e *Historia Regum Britanniae*, das profecias da soberania dos galeses e das narrativas dos dragões, sendo tal imaginário comum tanto aos bardos galeses quanto aos escritores, temos o conto *Lludd and Llefelys* do *Mabinogion*, outro paralelo para o duelo dos dragões vermelho e branco, apresentado no capítulo anterior. Como discutimos, a narrativa aparece em muitos manuscritos medievais, juntamente das *Brut y Brenhinedd*, sendo as invasões elementos centrais da narrativa. Davies afirma que o conto seria uma inserção em uma tradução galesa da *Historia Regum Britanniae*, sugerindo que o escritor do conto poderia ter adaptado a história a partir de narrativas de Gales, agregando elementos da obra de Geoffrey. Randell aponta que o conto seria uma criação original, conscientemente composta como um texto histórico (DAVIES, 2007, p. 252; RANDELL, 2009, p. 269).

Em *Lludd and Llefelys*, em toda véspera de maio, um grito terrível é causado por um dragão, dito ser dos habitantes da Grã-Bretanha, dominado e atacado por outro dragão estrangeiro. Recebendo o conselho de seu irmão Llefelys, rei da França, o rei Lludd da Grã-Bretanha encontra os dragões em Oxford e os aprisiona em um local seguro. Llefelys ainda lhe disse que nenhuma outra opressão acometeria a Ilha enquanto os dragões estiverem presos (THE MABINOGION, *Lludd and Llefelys*).



No conto, temos ainda como invasão a chegada dos *Coraniaid*, estrangeiros capazes de ouvir qualquer fala que o vento leve. Stephens aponta que os *Coraniaid*, possivelmente representando os romanos, juntamente dos *Gwyddyl Ffichti* (os pictos) e os *Saeson* (saxões<sup>74</sup>) são a tríade das *Três Opressões que vieram para esta Ilha*, demonstrando a sucessão de povos estrangeiros que dominaram a Grã-Bretanha (STEPHENS, 1986, p. 439).

Dessa forma, notamos o entrelaçamento de motivos no conto, ao referenciar a briga dos dragões, com paralelos nas obras latinas de Nennius e Geoffrey, bem como a presença de uma invasão citada em uma das *Trioedd Ynys Prydain*, o que pode demonstrar que tais elementos compunham um imaginário maravilhoso comum, dos quais os autores se apropriaram para produzir suas narrativas, sendo que os poetas das cortes galesas tiveram um papel central ao contar, interpretar, reinterpretar e disseminar essa literatura oral, especialmente a poesia profética, amparando esperanças de libertação e redenção (KAY, 2007, p. 80).

### 3.3. *Mab Darogan e Mabinogion: Uma mitologia heroica para Gales*

Como apontamos no tópico anterior, os textos proféticos galeses apresentam-se em forma de poesia e dizem respeito a uma libertação futura das invasões que acometeram as pessoas de Gales, sejam os romanos, anglo-saxões, normandos ou ingleses. Neste sentido, Alled Llion Jones afirma que, por mais que a profecia política (*darogan* em galês) tem como ponto de partida apresentar uma visão sobre o futuro, seu objetivo é influenciar o presente, ou seja, na profecia, o passado e um futuro projetado são empregados de forma a atender as necessidades do momento em que a fala profética é feita (JONES, 2013, xiv). Vemos, portanto, que o *Mabinogion* não se apresenta como um texto profético, inicialmente por não ser feito em verso, mas se insere no contexto de produção literária, não apenas das profecias, mas dos textos (pseudo)históricos sobre a Grã-Bretanha, das *Trioedd Ynys Prydain* etc., com seus escritores retirando elementos destas tradições<sup>75</sup> culturais e as reinterpretando, ou seja,

---

<sup>74</sup> Bromwich, em sua tradução para o inglês das *Trioedd Ynys Prydain*, traduz *Saeson* como *saxões*, enquanto Stephens diz que são os *ingleses* (THE TRIADS OF THE ISLAND OF BRITAIN, 36. *Three Oppressions that came to this Island, and one of them went back*; STEPHENS, 1986, p. 439). Optamos por *saxões*, uma vez que esta *Tríade* menciona Horsa e Hengist, líderes dos *saxões* que chegaram à Ilha, mencionados tanto Nennius, quanto por Geoffrey de Monmouth.

<sup>75</sup> As tradições, para Eric Hobsbawn diferenciam-se de “costumes”, sendo que, para o autor, as tradições são inventadas e constituem um grupo de práticas usualmente aceitas. São rituais ou símbolos, objetivando inculcar valores e normas comportamentais por meio de repetição. Além disso, as tradições inventadas estabelecem relações de continuidade com um passado histórico apropriado. Já o “costume” é como motor e guia e se adapta, não impedindo inovações, mas sendo barrado pela exigência de que deve ser similar ao que é precedente (HOBSBAWN, 1997, p. 10).

fazem parte das fontes e reservatórios do maravilhoso cotidiano aos quais os autores medievais recorrem para produzir seus textos (LE GOFF, 2010, p. 16).

Assim, nos textos galeses, especialmente proféticos, há menção ao *Mab Darogan* ou *Filho da Profecia*, tido como o herói redentor de Gales que retornaria em algum momento futuro para liderar os galeses em sua ascensão ao comando da Ilha da Bretanha mais uma vez (JONES, 2013, p. 3). Jones ainda aponta que tais narrativas podem ser consideradas míticas, uma vez que elas estabelecem formas de entendimento que permitem o conhecimento histórico, ou seja, por meio das narrativas proféticas que visam cumprir uma função no presente, podemos compreender o contexto em que foram proferidas (JONES 2013, p. 2).

O autor, ao analisar os textos heroicos galfridianos<sup>76</sup>, afirma que eles são abertos, passíveis de erro e recorrem a outros livros desconhecidos, ou seja, a relação entre significado e significante é arbitrária (JONES, 2013, p. 9). Neste sentido, Jones coaduna com Roland Barthes no que diz respeito ao mito: em primeiro lugar, ele é um esquema de comunicação, uma mensagem, uma forma de significação. Assim, o mito é um objeto ou significante, que tem um sentido, ou significado, que está inserido em um espectro de possibilidades de sentidos (BARTHES, 2001, p. 136). Em outras palavras, o mito, como uma forma de comunicação, só é entendido quando recebido dentro de um contexto que lhe permite ter sentido. Assim, o mito é uma matéria anteriormente trabalhada, uma vez que é uma forma de comunicação que é apropriada, ou seja, pressupõe que exista uma consciência que o entenda e consiga trabalhar sobre a matéria-prima mítica (BARTHES, 2001, p. 132).

Dessa forma, a mitologia pode pertencer aos campos do imaginário e da representação, posto que, no mito, a história transforma o real num discurso com sentido (verbal ou visual), e a representação, como já dissemos, diz respeito às formas como a realidade é intelectualmente construída em imagens apropriadas pela subjetividade (BARTHES, 2001, p. 132; CHARTIER, 2002, p. 23; LE GOFF, 1994, p. 17). Assim, os contos do *Mabinogion*, inseridos no contexto das pressões militares inglesas sobre Gales, da formação de uma literatura profética e da espera pelo *Mab Darogan* que lideraria os galeses à soberania da Grã-Bretanha, podem ser vistos como uma mitologia galesa, uma vez que adquirem sentido quando vistos no conjunto de outras produções literárias e na conjuntura em que vieram a ser inscritos.

No capítulo precedente, apontamos como Arthur se torna uma figura no sentido apresentado por Auerbach. Aqui retomamos o conceito e o aplicamos ao *Mab Darogan*. Kay

---

<sup>76</sup> *Galfridiano* refere-se aos escritos de Geoffrey de Monmouth, uma vez que seu nome em latim é Galfridus Monemutensis.

demonstra que há oito heróis que frequentemente aparecem no imaginário galês identificados como os Filhos da Profecia: Cynan, Arthur, Owain, Owain Lawgoch, Owain Glyndwr, Hiriell Cadwaladr e Henry Tudor (KAY, 2007, p. 79). Destes, Owain, Arthur e Cynan aparecem nos textos do *Mabinogion*, sendo Owain o protagonista de *The Lady of the Well*, Arthur o Chefe dos Príncipes/Imperador/Rei da Grã-Bretanha e Cynan, um guerreiro britânico que auxilia o Imperador Maxen e funda a Bretanha em *The Dream of the Emperor Maxen*. Assim, observamos que tais personagens podem ter tido apelo aos escritores do *Mabinogion*, posto que adquirem sentido a partir de sua relação com a realização da libertação futura dos galeses, se tornando, portanto figuras, preenchidas por um estatuto de verdade e, em sua relação com as estruturas dos acontecimentos, se tornam reconhecíveis (AUERBACH, 1997, p. 27). Jones ainda demonstra que tais personagens são apresentadas num sentido de se tornarem históricas, vindo de um momento incerto do passado e tendo sua historicidade confirmada, sendo as repetições das figuras heroicas necessárias para sua atualização, realização e popularização (JONES, 2013, p. 9). O próprio rei Henry Tudor da Inglaterra, no século XVI e de origem galesa, foi tido como uma figura profética que finalmente libertaria os galeses das opressões inglesas (JENKINS, 2012, p. 754).

Além disso, Amim propõe que o *Mabinogion* é uma utopia medieval (AMIM, 2006, s.p.). Citando Hilário Franco Júnior, a autora afirma que as utopias são um exercício da imaginação humana, no sentido de negar um presente desagradável sendo, portanto, uma forma de resistência (FRANCO JÚNIOR, 1992, p. 7 *apud* AMIM, 2006, s.p.). Assim, os materiais utópicos podem apresentar elementos do mito, sendo readaptados em função do contexto e, para o *Mabinogion*, vemos que as narrativas por um lado podem demonstrar a busca de uma autonomia, justiça, paz e prosperidade, enquanto por outro apontam para o caminho do reconhecimento da identidade galesa (AMIM, 2006, s.p.). Lembramos ainda, como pontuado por Amim que, segundo Le Goff, uma das funções do maravilhoso medieval é também de compensação, contestação e realização frente a um mundo contrário ao que se deseja (LE GOFF, 2010, p. 31).

Portanto, notamos que os contos do *Mabinogion* foram produzidos em um contexto de dificuldades e pressões sociais, culturais e, especialmente, militares e políticas. A atuação da Inglaterra sobre o Principado de Gales, ao dominá-lo e anexá-lo como parte da Coroa, difundiu tensões na região que, juntamente com o desenvolvimento de uma cultura letrada e o florescimento das literaturas, tanto galesa quanto inglesa, estimulou o contínuo desdobramento de textos proféticos que clamavam que um *Mab Darogan* surgiria para libertar Gales das prolongadas situações de tormentos e restauraria a antiga glória que um dia

os galeses tiveram quando se viam como soberanos da Grã-Bretanha. Assim, os contos *Mabinogion* retira seus materiais de tais situações e produções literárias, fazendo sentido para uma audiência que ali o entendia.

### 3.3.1. Uma Idade Dourada galesa no *Mabinogion*

Anteriormente, dissemos que, na *Historia Regum Britanniae*, Geoffrey de Monmouth afirma que os habitantes originários da Ilha da Bretanha, por seus costumes “bárbaros”, sofreram um “retrocesso” em sua cultura e sociedade, fazendo com que perdessem seu *status* de soberanos da Grã-Bretanha, permitindo que outros povos a dominassem. Os habitantes que perderam sua autonomia, tornando-se os galeses (GEOFFREY OF MONMOUTH, *The History of the Kings of Britain*, XI).

Antes de mencionar o “rebaixamento” dos britônicos, no início de seu texto, Geoffrey afirma que os habitantes originais da Ilha seriam descendentes de Brutus, neto de Eneias, sobrevivente troiano da guerra contra os gregos. Assim, Brutus, liderando os troianos, recebeu uma visão da deusa Diana de que havia uma ilha, a Grã-Bretanha, a oeste esperando para ser povoada, sendo ele o responsável por tal feito (GEOFFREY OF MONMOUTH, *The History of The Kings of Britain*, I). Dessa forma, notamos aqui que a Ilha Britânica possui uma origem heroica que busca fundamentos na Antiguidade Clássica.

Torna-se procedimento comum entre as “novas” nações, a fim de atestar sua grandeza, buscar elos de parentesco com o Mundo Antigo, como ocorre na própria *Historia Regum Britanniae* – que toma da *Historia Brittonum* a informação da origem troiana dos bretões<sup>77</sup> – o que se estenderá até os primórdios da historiografia peninsular em língua de romance (SILVA, 2004, p. 39).

Geoffrey escreve a partir das cortes normandas na Inglaterra e, portanto, almeja criar uma linhagem entre seus patronos e mundo clássico (SILVA, 2004, p. 35). Dessa forma, mesmo que ele se apoie na *Historia Brittonum* de Nennius, Geoffrey reforçou a subjugação dos galeses ante os anglo-normandos, afirmando que “os antigos britônicos têm de ser ou erradicados ou contidos para que a ordem política anglo-normanda permaneça em ascensão”<sup>78</sup> (FALETRA, 2014, p. 22). Notamos, portanto, que a *Historia Regum Britanniae* é ambígua, uma vez que autor afirma a origem heroica dos habitantes da Grã-Bretanha ao mesmo tempo que suas intenções são de relacioná-las estritamente aos normandos.

---

<sup>77</sup> A autora utiliza “bretões” para referenciar os habitantes da Ilha da Bretanha, embora utilizemos “britões” para estes.

<sup>78</sup> No original: “[...] the ancient Britons have to be either eradicated or contained in order for the Anglo-Norman political order to remain in the ascendant”.

Mesmo assim, notamos que os galeses têm origens nobres também, mas são vistos como “bárbaros”, incapazes de comandarem o destino da Ilha. Anthony Smith, analisando a formação de mitos e revivalismos étnicos, afirma que tais mitos constituem-se de símbolos e marcas culturais, englobando desde religião às formas de vestimenta, que agregam e unificam um grupo social, alegando uma ancestralidade, história, cultura e sentido territorial comuns, mesmo que tais proposições sejam especulativas e tênues em algum sentido (SMITH, 1984, p. 284). Os conteúdos míticos podem mudar progressivamente, recebendo novas influências e camadas de significado, o que garante que o mito possa ser retrabalhado (SMITH, 1984, p. 284). Neste sentido, tais mitos têm o caráter dinâmico do imaginário (WUNENBURGER, 2007, p. 12).

Smith ainda aponta que, em geral, alguns dos componentes dos mitos étnicos são: uma narrativa de origem que diz de onde e quando aquelas pessoas vieram, conferindo-lhes ancestralidade; uma narrativa de migrações e libertações; e uma narrativa que enfatiza o fundador nobre (SMITH, 1984, p. 282). Dessa forma, encontramos tais elementos relacionados aos galeses, ditos habitantes ancestrais da Ilha, se tornando soberanos quando, após uma longa peregrinação, Brutus funda a Grã-Bretanha, nas palavras de Nennius e Geoffrey de Monmouth (GEOFFREY OF MONMOUTH, *The History of the Kings of Britain*, I; NENNIUS, *The History of the Britons*, §7).

Um ponto ainda apresentado por Smith sobre os mitos étnicos diz respeito à narrativa de uma idade heroica e uma época dourada cheia de glórias (SMITH, 1984, p. 292). A figura heroica, para Joseph Campbell, é de um homem ou mulher que ultrapassa limitações históricas, sejam pessoais ou locais, e que tem como grande tarefa retornar à sociedade de onde veio para transformá-la (CAMPBELL, 2007, p. 28).

Um herói vindo do mundo cotidiano se aventura numa região de prodígios sobrenaturais; ali encontra fabulosas forças e obtém uma vitória decisiva; o herói retorna de sua misteriosa aventura com o poder de trazer benefícios aos seus semelhantes (CAMPBELL, 2007, p. 36).

No sentido proposto por Campbell, observamos que muitos personagens do *Mabinogion* podem cumprir a função heroica: quando Pwyll, n’O *Primeiro Ramo do Mabinogi*, encontra Arawn, rei do Outro Mundo, e ambos trocam de lugar, vivendo aventuras e depois retornando aos seus respectivos reinos; quando Lleu Llaw Gyffes, n’O *Quarto Ramo*, enfrenta três provações para conseguir um nome, armas e uma esposa; quando Culhwch, em *How Culhwch won Olwen*, deve cumprir quarenta trabalhos para obter Olwen em casamento; quando o imperador Maxen parte em busca de sua donzela em *The Dream of the Emperor Maxen*; bem como quando os cavaleiros de Arthur, n’Os *Três Romances*,

deixam a Corte e aventuram-se em terras desconhecidas, mudando na aventura e posteriormente retornando ao Reino. No contexto dos Romances do *Mabinogion*, observamos que a floresta tem um papel essencial na formação do cavaleiro-herói. Le Goff aponta que a floresta, no Ocidente Medieval, tem um sentido simbólico profundo manifestado na produção do imaginário. A floresta, que aparece em *The Lady of the Well*, *Geraint e Peredur*, tem a função de impor provas e penitências para os cavaleiros, sendo o centro da aventura cavaleiresca (LE GOFF, 2010, p. 44). Assim, percebemos que os contos do *Mabinogion* estão permeados de heróis, sejam cavaleiros, guerreiros, imperadores ou reis, que vivem aventuras, demonstrando sua valentia e remetendo a uma história gloriosa e heroica, engrandecendo suas realizações, servindo também como forma de inculcar valores de nobreza, de guerra, de auto sacrifício e identitários (SMITH, 1984, p. 292).

Ainda, outro elemento do mito étnico apontado por Smith diz respeito à narrativa de decadência, conquista e exílio (SMITH, 1984, p. 293). Neste sentido, podemos notar referências a um momento de declínio no conto *Rhonabwy's Dream*. Como apresentado anteriormente, na narrativa em forma de sonho, Rhonabwy e outros guerreiros são levados à presença do Imperador Arthur por um de seus homens, Iddog, que havia agravado a rixa entre Arthur e seu sobrinho. Então, o Imperador desdenha dos homens que Iddog lhe apresenta, ao dizer que se entristece ao ver a Ilha protegida por tais “escórias”, após homens tão valentes a terem protegido no passado (THE MABINOGION, *Rhonabwy's Dream*).

Dessa forma, Øverby discute que os elementos presentes em *Rhonabwy's Dream* podem simbolizar o passado de Gales, aqui apresentado como um momento sem glórias, o que seria mesmo uma representação da sociedade contemporânea (ØVERBY, 2009, p. 98). Assim, o passado galês, usualmente representado como uma era dourada, é reformulado no conto como um momento de ausência de valores heroicos e gloriosos, refletindo o momento em que a narrativa foi escrita (ØVERBY, 2009, p. 102). Jones também aponta que podemos notar a narrativa de um passado apocalíptico n’*O Segundo Ramo do Mabinogi*, uma vez que a personagem Branwen, em suas próprias palavras, foi a causadora da devastação da Irlanda e Grã-Bretanha, posto que seu irmão foi à Irlanda resgatá-la e, no percurso, tanto os irlandeses como britânicos sofreram com uma terrível guerra (THE MABINOGION, *The Second Branch*). Dessa forma, percebemos que o passado da Grã-Bretanha, especialmente o de Gales, é revisitado e depreciado, tendo em vista o contexto das pressões inglesas.

Por fim, Smith afirma que um último componente do mito étnico diz respeito a uma narrativa de renascimento da comunidade, objetivando a ação de cumprimento do destino do grupo (SMITH, 1984, p. 293). Aqui, observamos que o *Mab Darogan* é o esperado para o

reestabelecimento dos galeses como senhores da Ilha da Bretanha e, como apontamos, muitas figuras esperadas como o Filho da Profecia aparecem nos textos *Mabinogion*. Demonstramos que por serem figuras esperadas, tais personagens heroicas puderam ter o clamor de bardos, poetas e escritores e, assim, tais heróis passaram a figurar nas narrativas.

O que observamos é que no *Mabinogion* destacam-se personagens das cortes: reis, imperadores, príncipes, guerreiros e cavaleiros. Assim, notamos que estas produções galesas se voltam, em primeiro lugar, para as camadas reais e de liderança das sociedades de Gales, posto que estas elites são, como demonstramos, os grupos primordialmente letrados. Os príncipes e reis, como Owain Glyndŵr, tinham grande interesse na literatura, inclusive nos textos proféticos, posto que o próprio Owain buscou Hopcyn ap Tomas, proprietário do Livro Vermelho de Hergest, para saber o curso do futuro e se suas ações contra a Inglaterra teriam êxito (KAY, 2007, p. 75).

Como Le Goff aponta, a literatura, desde os primórdios da humanidade, teve a função de determinar uma noção de ser humano perante as divindades, perante os animais e perante outros seres humanos, categorizando, apagando ou evidenciando os outros, sempre em um contexto e com algum objetivo (LE GOFF, 2010, p. 112). Neste sentido, Faletra corrobora com Le Goff ao dizer que as Matérias de Bretanha não são inocentes e tem uma intencionalidade ao determinar o lugar dos galeses à margem da Inglaterra/Grã-Bretanha, excluindo Gales das produções literárias e relegando sua história a um passado inacessível ou irrelevante para os ingleses/britânicos (FALETRA, 2014, p. 3).

O que pretendemos demonstrar é como os contos do *Mabinogion* se desenvolveram em Gales, uma obra sem autores conhecidos, mas que adaptada e representa não apenas os contextos em que foram produzidos, mas referencia outras produções literárias galesas e um imaginário comum. Um texto não é um objeto isolado e, comumente, dialoga com outras obras, quer sejam crônicas, *chansons de geste*, textos eclesiásticos e romances cortesões (LE GOFF, 2010, p. 107). Como apontamos no primeiro capítulo, a pesquisa histórica de uma obra literária deve considerar a realidade exterior do texto, revelando as dependências que o trabalho possui com outras obras, evidenciando aproximações e contrastes, a recepção e adaptação (STAROBINSKI, 1976, p. 134). O *Mabinogion*, portanto, é uma mitologia, que adquire sentido para o público que o recebe, ao se postar como obra que remodela a realidade presente e passada e traz figuras heroicas consideradas redentoras futuras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: *THOUGH YOU MAY GET THAT, THERE IS SOMETHING YOU WILL NOT GET***

Ysbaddaden, ao determinar que Culhwch cumpra quarenta trabalhos para se casar com sua filha, lhe diz: “Embora você consiga isso, há algo que você não conseguirá”<sup>79</sup>. Culhwch, contra todas as adversidades, consegue se casar com Olwen. Gales, como Culhwch, passou por inúmeras pressões e desafios para que pudesse, em maior ou menor grau, manter sua autonomia e sociedade ante as pressões da Inglaterra. Apesar de conquistar certa independência, os galeses logo foram frustrados pelos ingleses, não conseguindo firmar sua identidade. Todavia, produziram um corpus literário, o *Mabinogion*, que, em alguma medida, restaurou uma sociedade galesa gloriosa e maravilhosa. Assim, antes de retomarmos este ponto e desfechar o trabalho, gostaríamos de relembrar alguns pontos discutidos ao longo do texto, necessários ao entendimento dos textos no contexto medieval anglo-galês.

No primeiro capítulo, inicialmente abordamos a constituição do *Mabinogion*, demonstrando que os contos foram reunidos sob tal título, pela primeira vez no século XIX, quando Charlotte Guest traduziu os textos em prosa dos Livros Vermelho de Hergest e Branco de Rhydderch, dos séculos XIV e XV. Lembramos que o termo *Mabinogion* confere uma unidade artificial a este grupo de narrativas, já que nem todos os contos possuem uma relação sólida, e quando há alguma correspondência, caso d’*Os Quatro Ramos do Mabinogi*, o elo é tênue, posto que apenas um personagem, Pryderi, aparece nas quatro histórias, porém, em algumas, ele é apenas mencionado brevemente. Também discorreremos sobre os desenvolvimentos históricos da Grã-Bretanha medieval que possibilitaram a produção dos contos, uma vez que as narrativas não possuem autoria conhecida.

Dessa forma, demonstramos os desenvolvimentos sociais, culturais e políticos da Ilha Britânica, desde o momento da conquista romana e o contato dos romanos com os britônicos, ou “celtas insulares”. Também ressaltamos o momento da expansão anglo-saxônica sob a Grã-Bretanha, a partir do século V, e como estes eventos foram lidos pelos historiadores medievais, Nennius e Geoffrey de Monmouth, cujas obras têm reverberações sobre os contos do *Mabinogion*. Além disso, apresentamos o avanço dos nórdicos sobre a Ilha, desde o século VII, seja a partir da Escandinávia ou por meio do Ducado da Normandia onde os normandos também se estabeleceram. Toda esta conjuntura acentuou intensas transformações sociais e políticas que afetaram profundamente o imaginário britânico, especialmente galês, culminando nas representações que as obras destes períodos nos apresentam.

---

<sup>79</sup> No original: “Though you may get that, there is something you will not get”.



No segundo capítulo, partimos para a análise dos contos, considerando os contextos que apontamos anteriormente. Aqui, três conceitos nos foram fundamentais para compreender os elementos da narrativa: representações, imaginário e maravilhoso, tendo em vista que as representações dizem respeito à construção intelectual do mundo social; o imaginário, às imagens mentais apropriadas a partir da subjetividade; e o maravilhoso, à categoria de objetos perante os quais os seres humanos experimentam espanto.

Assim, segmentamos nosso estudo das narrativas analisando, primeiramente, os contos relacionados a Arthur, percebendo como o Ciclo Arthuriano se desenvolveu desde os primeiros tempos da Era Medieval e como, seguidamente, foi lida e reescrita pelos galeses. Inicialmente, notamos que Arthur é um personagem valente, tomando frente nas aventuras, mas posteriormente, acabou sendo representado como um monarca esvaziado de poder e coragem, remetendo a um contexto em que as glórias arthurianas já não eram compatíveis com imaginário galês. Em seguida, analisamos os contos nativos fora do âmbito arthuriano, notando como tais histórias apresentam elementos que, em maior ou menor grau, ecoam a cultura insular.

É importante destacar que muitas correntes interpretativas visam atrelar *Os Quatro Ramos do Mabinogi* a uma forma de representação fiel das sociedades célticas pré-cristãs da Grã-Bretanha, entretanto, acreditamos ser difícil sustentar tal posicionamento, posto que os celtas não legaram fontes escritas e o que se sabe sobre tais comunidades provém de relatos estereotipados e anacrônicos de autores greco-romanos. Tal situação é ainda mais obscura para as Ilhas. De qualquer forma, podemos perceber que os contos remetem grandemente aos contextos históricos nos quais se inserem Gales e a Grã-Bretanha, posto que trazem histórias de imperadores romanos, romances de cavalaria, narrativas arthurianas e contos nativos. Além disso, nos textos do *Mabinogion*, convergem uma série de referências a outras produções literárias britânicas, especialmente as *Trioedd Ynys Prydain* e as *Historias* de Nennius e Geoffrey de Monmouth.

Por fim, no terceiro capítulo, discutimos a lugar do *Mabinogion* na relação entre galeses e anglo-normandos, especialmente a partir da formação do Principado de Gales e da região das Marcas Galesas. O Principado, originado em 1267, foi consolidado a partir de políticas expansionistas representadas, sobretudo, pelo reino galês de Gwynedd, depois reconhecidas pela Coroa Inglesa, mas experimentando uma vida curta, haja visto que, quinze anos após seu reconhecimento, a Inglaterra travou uma guerra em Gales, culminando na absorção do Principado e fim das conquistas políticas dos galeses. Já as Marcas Galeses referem-se às regiões entre Gales e Inglaterra, dominadas por importantes senhores, servindo

como formas administrativas tanto galesas quanto inglesas, mas funcionando, principalmente, como uma região de síntese das diversas culturas que habitaram a Grã-Bretanha, formando a herança do País de Gales.

Ainda neste contexto, observamos o florescimento de inúmeros mosteiros em Gales, responsáveis pela preservação de vários exemplares da literatura galesa medieval, com destaque para o Livro Vermelho de Hergest. Junto das pressões inglesas sobre os galeses e o desenvolvimento de uma cultura letrada, acessível sobretudo para as elites, verificamos a promoção de literaturas proféticas, clamando pela vinda de um Filho da Profecia, *Mab Darogan*, que libertaria Gales dos séculos de opressões dos romanos, anglo-saxônicos, normandos e ingleses. O *Mab Darogan*, dessa forma, se tornou uma *figura*, como apresentado por Auerbach, ou seja, por propor uma a libertação futura dos galeses, uma série de outras figuras heroicas foram preenchidas com tal sentido, sendo reconhecidas como libertadoras, tendo em vista aquele contexto. Assim, Owain, Arthur, Cynan são algumas figuras que eram vistas como possíveis *Mab Darogan* para os galeses, também figurando como personagens importantes em contos do *Mabinogion*, demonstrando o apelo e o sentido que tinham para os escritores medievais.

Percebemos que o *Mabinogion* não pode ser lido fora do âmbito de outras produções literárias anglo-galesas, especialmente os textos proféticos acerca do *Mab Darogan*. A constante pressão de grupos estrangeiros, a introdução de diferentes relações sociais, o desenvolvimento de uma cultura literária, as “invasões culturais” promovidas especialmente pelos anglo-normandos influenciaram grandemente as produções galesas, posto que, primeiramente, os vaticínios acerca de um herói redentor para Gales foram fundamentais em dar esperanças de um futuro de ascensão e soberania da Grã-Bretanha, frente a uma realidade de seguidas derrocadas e subjugação por outros povos. Em textos (pseudo)historiográficos britânicos, os galeses são ditos os povos ancestrais da Ilha, descendentes de Brutus e Eneias, heróis da Antiguidade Clássica, afirmando sua ancestralidade heroica, mas que um dia perderam a soberania da Grã-Bretanha em razão de seus “costumes bárbaros”, segundo Geoffrey de Monmouth. Dessa forma, figuras heroicas retornariam para recuperar o posto um dia ocupado por Gales.

Concluimos, assim, que o *Mabinogion* é uma mitologia galesa, por comunicar, apresentar uma mensagem entendida dentro do contexto medieval (séculos XIV e XV), com sentido para a audiência que o recebia. Tal sentido, ao ressignificar outras produções literárias e contextos pretéritos, visava recolocar Gales num local de reconhecimento de sua identidade, especialmente ante a Inglaterra e sua política de subjugação dos galeses,

promovendo narrativas de heróis do passado que poderiam, primeiro, representar uma era dourada, e, por fim, devolver a glória que, um dia, lhes foi tomada.

## REFERÊNCIAS

### OBRAS DE REFERÊNCIA:

CUDDON, John. **Dictionary of Literary Terms and Literary Theory**. London: Penguin, 1999.

ENCICLOPÆDIA BRITANNICA. Benedictine. *In: Encyclopædia Britannica*. London: Encyclopædia Britannica, inc, 2019. s.p.

ENCICLOPÆDIA BRITANNICA. Cistercian. *In: Encyclopædia Britannica*. London: Encyclopædia Britannica, inc, 2019. s.p.

KOCH, John; MINARD, Antone (eds.). **The Celts: History, Life, and Culture**. California: ABC-Clío, 2012.

SILVA, Kalina; SILVA, Maciel. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

STEPHENS, Meic (ed.). **The Oxford Companion to the Literature of Wales**. Oxford: Oxford University Press, 1986.

### FONTES:

GEOFFREY OF MONMOUTH. **The History of the Kings of Britain**. Translation: Neil Wright. Woodbridge: The Boydell Press, 2007.

GILDAS. **On the Ruin and Conquest of Britain**. Translation: J. A. Giles. Ontario: In Parentheses Publications, 2000.

NENNIUS. **The History of the Britons**. Translation: J. A. Giles. Ontario: In Parentheses Publications, 2000.

THE MABIONGION. Translation: Sioned Davies. Oxford: Oxford University Press, 2007.

MABINOGION. Traducción: María Victoria Cirlot. Madrid: Siruela, 1988. *E-book*.

THE MABINOGI and other Medieval Welsh Tales. Translation: Patrick Ford. California: University of California Press, 1977.

THE TRIADS OF THE ISLAND OF BRITAIN. Translation: Rachel Bromwich. Cardiff: University of Wales Press, 2006.

### BIBLIOGRAFIA:

ALBUQUERQUE, Isabela. A Formação da Inglaterra em Duas Batalhas: Edington (878) e Hastings (1066). **Medievalis**, s.l., v.4, s.p., 2014.

AMIM, Mônica. **Mabinogion**: O maravilhoso e o Utópico na Construção da Identidade Galesa. 2006. Tese (Doutorado em Ciência da Literatura: Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

ARAÚJO, Brunno. **Mabinogi**: Imaginário Galês x Imaginário Romano-Bretão? Um Estudo das Representações do Outro Mundo. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Rio de Janeiro, 2015.

ASHE, Geoffrey. The Origins of The Arthurian Legend. **Arthuriana**, West Lafayette, v. 5, n. 3, p. 1-24, 1995.

AUERBACH, Erich. **Figura**. São Paulo: Ática, 1997.

BARROS, José d'Assunção. História, Imaginário e Mentalidades: Delineamentos Possíveis. **Conexão**, Caxias do Sul, v. 6, n. 11, p. 11-39, 2007.

BARTHÉLEMY, Dominique. **A Cavalaria: Da Germânia Antiga à França do século XII**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BLAIR, John. The Anglo-Saxon Period. *In*: MORGAN, K. (ed.). **History of Britain**. Oxford: Oxford University Press, 1984. p. 60-119.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. São Paulo: EDIPRO, 2016.

BREEZE, Andrew. The Dates of The Four Branches of the Mabinogi. **Studia Celtica**, Pamplona, v. 3, n.1, p. 47-62, 2018.

BREWER, George; Bedwyr Jones. Popular Tale Motifs and Historical Tradition in “Breudwyt Maxen”. **Medium Ævum**. Oxford, vol. 44, n. 1/2, 1975, p. 23-30.

BROMWICH, Rachel; EVANS, Daniel. **Culhwch and Olwen**: An Edition and Study of the Oldest Arthurian Tale. Cardiff: University of Wales Press, 1992.

CAMPBELL, Joseph. **O Herói de Mil Faces**. São Paulo: Pensamento, 2007.

CASWELL, Bryan. “Of the Ruin and Conquest of Britain”: The Anglo-Saxon Transformation of the British Isles. **The Gettysburg Historical Journal**. Pennsylvania, vol. 14, n. 1, 2015, p. 43-56.

CHARLES-EDWARDS, Thomas. **Wales and the Britons, 350-1064**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CHARTIER, Roger. Por uma Sociologia Histórica das Práticas Culturais. *In*: CHARTIER, R. **A História Cultural entre Práticas e Representações**, Difel: Algés, 2002. p. 13-28.

CHORA, Ana Margarida. A pseudo-história na evolução heróica de Lancelot. *In: Colóquio Internacional Literatura e História*, v. 1, 2004, Porto. **Actas do [...]**. Porto: Colóquio Internacional Literatura e História, 2004. p. 159-164.

CUNLIFFE, Barry. **The Ancient Celts**. London: Penguin Books, 1999.

DAVIES, John. **A History of Wales**. London: Penguin Books, 2007. *E-book*.

DAVIES, Sioned. Mythology and the Oral Tradition: Wales. *In: GREEN, M. (ed.). The Celtic World*. Oxon: Routledge, 1995. p. 785-794.

FALETRA, Michael. **Wales and the Medieval Colonial Imagination: The Matters of Britain in the Twelfth Century**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

FREEDMAN, William. The Literary Motif: A Definition and Evaluation. **Novel: A Forum on Fiction**, Durham, v.4, n.2, 1971, p. 123-131.

GARNETT, George. **The Norman Conquest: A Very Short Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

GILLINGHAM, John. The Early Middle Ages (1066-1290). *In: MORGAN, K. (ed.). History of Britain*. Oxford: Oxford University Press, 1984. p. 120-191.

HAYWOOD, John. **The Celts: Bronze Age to New Age**. Edinburgh: Pearson Education Limited, 2004.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JOHN, Angela; PARRY-WILLIAMS, Thomas. Guest (Schreiber), Lady Charlotte Elizabeth Bertie (1812-1895), Translator, Businesswoman and Collector. *In: THE NATIONAL LIBRARY OF WALES. Dictionary of Welsh Biography*. Ceredigion: The National Library of Wales, 1959. s.p.

JONES, Aled. **Darogan: Prophecy, Lament and Absent Heroes in Medieval Welsh Literature**. Cardiff: University of Wales Press, 2013.

JUNG, Carl (org.). **O Homem e seus Símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KAY, Morgan. Prophecy in Welsh Manuscripts. *In: The Harvard Celtic Colloquium*, 27, 2007, Cambridge. **Proceedings**. Cambridge: Harvard University Press, 2007. p. 73-108.

KENNEDY, Ruth; MEECHAM-JONES, Simon. **Authority and Subjugation in Writing of Medieval Wales**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2005.

LE GOFF, Jacques. **Heróis e Maravilhas da Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 2013. *E-book*.

LE GOFF, Jacques (dir.). **O Homem Medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

LE GOFF, Jacques. **O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 2010.

LIEBERMAN, Max. **The Medieval March of Wales: The Creation and Perception of a Frontier, 1066-1283**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LOBATO, Maria. Realeza e Cristianização na Inglaterra Anglo-Saxônica. *In: Encontro Regional da ANPUH-Rio*, 14, 2010, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010. p. 1-9.

MARROU, Henri. O Surgimento das Escolas Cristãs de tipo Medieval. *In: MARROU, H I. História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 502-516.

ØVERBY, Thomas. **Breuddwyd Rhonabwy: A historical Narrative?** 2009. Thesis (Master in Linguistics and Scandinavian Studies) – Faculty of Humanities, University of Oslo, Oslo, 2009.

PATLAGEAN, Evelyne. A História do Imaginário. *In: LE GOFF, J. A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 292-318.

RANDELL, Kelly. “And There was a Fourth Son”: Narrative Variation in “Cyfranc Lludd a Llefelys”. *In: The Harvard Celtic Colloquium*, 29, 2009, Cambridge. **Proceedings**. Cambridge: Harvard University Press, 2009. p. 268-281.

ROBERTS, Glyn. Wales and England: Antipathy and Sympathy 1282-1485. **The Welsh History Review**, Cardiff, v. 1, n. 4, 1963, p. 375-396.

SANTOS, Dominique. **As Representações da Cristianização da Irlanda Celta: Uma Análise das Cartas de São Patrício (V séc. d.C.)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

SILVA, Juliana. **A Matéria de Bretanha e a Historiografia Medieval: Da Historia Regum Britanniae às Primeiras Crônicas Peninsulares em Língua Romance**. 2004. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SILVA, Marcelo. Entre “Antiguidade Tardia” e “Alta Idade Média”. **Diálogos**. Maringá, v. 12, n. 3, 2008, p. 53-64.

SILVA, Marcelo. Introdução. *In: SILVA, M. História Medieval*. São Paulo: Contexto, 2019, p. 7-13.

SILVA, Semíramis; VIEIRA NETO, Ivan. **Mitos, Deusas e Heróis: Ensaio sobre a Antiguidade e o Medievo**. Goiânia: Edições Tempestivas, 2019.

SMITH, Anthony. Ethnic Myths and Ethnic Revivals. **European Journal of Sociology**. Cambridge, v. 5, n. 2, 1984, p. 283-305.

STAROBINSKI, Jean. A Literatura: O Texto e seu Intérprete. *In*: LE GOFF, J.; NORA, P. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 132-143.

TODOROV, Tzvetan. **As Estruturas Narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

WEBSTER, Graham. The Celtic Britons under Rome. *In*: GREEN, M. (ed.). **The Celtic World**. Oxon: Routledge, 1995. p. 623-635.

WELCH, Florence. **Useless Magic: Lyrics and Poetry**. New York: Crown Archetype, 2018.

WUNENBURGER, Jean. **O Imaginário**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.